



REPÚBLICA DO BRASIL

SENADO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — Nº 137

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 1967

MENSAGEM

Nº 13, de 1967 (C.N.)

(Nº 699-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do § 3º do art. 54 da Constituição, tenho a honra de submeter à deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Interior, o anexo projeto de lei que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências.

Brasília, em 16 de outubro de 1967.
— A. Costa e Silva.

E.M. Nº 279 — EM 11 DE
OUTUBRO DE 1967

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de submeter à alta apreciação de Vossa Excelência o anteprojeto de lei, em anexo, que visa à criação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, como ente autárquico incumbido de promover e coordenar as atividades voltadas ao desenvolvimento sócio-econômico da Região centro-oeste do País.

A condução e o impulsionamento do desenvolvimento do País mediante a integração dos planos de desenvolvimento regional consubstanciam, de modo definitivo, a filosofia do desenvolvimento econômico brasileiro, traduzindo-se em um sistema jurídico, administrativo e técnico, firmado em bases sólidas e coerentes e simultaneamente dinamizado em busca de sua complementação.

É uma consequência do desenvolvimento regional que se reflete nas diretrizes permanentes do Governo, nas sucessivas leis de aprovação de planos diretores de desenvolvimento, e nas normas da Constituição, tendo como base a consideração dos complexos geográficos, sociais e econômicos representados nas regiões diversas em que se divide o País e, como objetivo, o planejamento ascendente para a integração no todo de polos de desenvolvimento diversificados, em consonância com as realidades regionais.

Decerto, o Plano de Desenvolvimento do Nordeste, sob a supervisão da SUDENE, tem a prioridade do sistema e, na verdade, o seu empreendimento vitorioso justifica que se constitua em modelo de outras entidades de desenvolvimento regional que atuam em áreas geográficas diversas.

Nos moldes da SUDENE estão atualmente traçadas as linhas organizacionais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Lei número 5.173, de 27 de outubro de 1966); a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste (Decre-

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 18 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 10, de 1967 (CN) de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação de artigos do Decreto-lei nº 313, de 7 de março de 1967, estabelece novos prazos, e dá outras providências.

to-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967) e Superintendência do Vale do São Francisco (Decreto-lei nº 292, de 28 de fevereiro de 1967).

Na distribuição das áreas de desenvolvimento regional do País, procedida segundo critérios básicos, de ordem geoeconômica, resta, ainda não definido, o espaço correspondente ao Brasil Central que está todavia a reclamar, pelas condições de subdesenvolvimento, pelas características específicas que lhe dão unidade e simultaneamente a distinguem de outras zonas, a instituição correlata de uma entidade de planejamento regional.

Creio que a necessidade de estabelecer-se o plano diretor de desenvolvimento regional no Centro-Oeste do Brasil e de criar um órgão adequado ao empreendimento alcançam, de tal modo, o unânime consenso de quantos se dedicam ao trato dos problemas nacionais, particularmente os que interessam ao desenvolvimento econômico, que seria prescindível alinhar as razões, os estudos e os fatores que aconselham a adoção da relevante providência.

No delineamento da nova estrutura há que delimitar, primordialmente, a área de jurisdição do plano de desenvolvimento regional do Centro-Oeste.

Parece que os limites mais consentâneos com os pressupostos e os objetivos do plano, e com a sua adequação aos interesses da Administração Federal e dos Estados, tendo em vista o contexto básico da atuação, do ponto de vista geoeconômico e administrativo, serão os que coincidem com a área compreendida pelos Estados de Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

Essa demarcação, sobretudo lógica, firmada em validas e múltiplas razões de política econômica e administrativa, suscita, entretanto problemas relacionados com a interferência com áreas de jurisdição de outros planos e órgãos de desenvolvimento regional.

Em primeiro lugar, cabe verificar que a área da jurisdição do Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste e a correspondente Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste (SUDESUL), instituí-

das pelo Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967, compreende os municípios do Estado de Mato Grosso, cujas sedes se localizam ao sul da área de jurisdição da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a oeste da linha quebrada determinada geodésicamente por grau e minutos de latitude e longitude e especificada a seguir o "Estado do Mato Grosso, a começar no paralelo dos 18º00'S, na sua interseção com o meridiano dos 54º10'O. Gr, daí, por este, até o meridiano dos 53º29' e, por este, até o meridiano dos 65º23' e, por este, até a sua interseção com o rio Paraná, limite com o Estado do mesmo nome." (art. 2º, alínea a do Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967).

Neste caso, o problema da superposição de áreas da SUDESUL e da SUDECO, no Estado do Mato Grosso, resultante da nova delimitação, cabe ser resolvido com uma solução adequada e simples, consistente no reajustamento da área de jurisdição da SUDESUL pela exclusão da zona compreendida naquele Estado.

Assim é que está sendo endereçado simultaneamente à consideração de Vossa Excelência um anteprojeto de lei que modifica certos dispositivos do Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967, que instituiu o Plano e a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste, tendo por objetivo essencial a redistribuição de sua área de competência, que passará a coincidir exatamente com a área compreendida, total e exclusivamente, pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Problema bem mais complexo é o que diz com a interferência entre as áreas da SUDAM e da SUDECO.

De efeito, a região compreendida pela SUDAM, ou a denominada Amazônia Legal, de acordo com o delineamento do art. 2º, da Lei nº 5.173, de outubro de 1966, abrange o Estado de Goiás, até o paralelo 13º e o Estado de Mato Grosso, até o paralelo 16º.

De um lado se mostra absolutamente inaceitável, para a adoção de um plano coerente e compreensivo de desenvolvimento do Centro-Oeste, que

a área de planejamento da SUDECO se restrinja às regiões dos Estados do Mato Grosso e Goiás, excluídas da abrangência da SUDAM, sob pena de desvirtuamento dos fatores básicos condicionantes da planificação econômica, como seja o espaço significativo do ponto de vista da unidade geográfica, social e econômica.

Daí, a solução lógica, em princípio, estaria expressa no recuo das linhas demarcatórias da SUDAM às fronteiras dos dois Estados.

Entretanto, reclama consideração especial, no caso, um fator de magnitude, qual o referente aos incentivos fiscais.

A área da SUDAM é beneficiada pela concessão desses incentivos, notadamente aqueles referentes às isenções ou deduções do imposto de renda, com a finalidade de aplicação em empreendimentos de interesse para o desenvolvimento regional, conforme disposto, principalmente, na Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966.

É de todo desaconselhável que se reduza abruptamente o campo de incidência desses benefícios, tão relevante é sua efetiva aplicação como fator de desenvolvimento, e tace aos interesses privados-já comprometidos ou atraídos.

Há, entretanto, que registrar a firme política adotada pelo Governo no sentido de se opor à extensão de tais incentivos fiscais a outras áreas, dado que a ampliação importaria em diluição, enfraquecimento, perda da função que lhes é própria, a de propiciar a concentração de recursos e investimentos ponderáveis em áreas selecionadas.

O resguardo dos dois princípios sugere alternativas.

Dar-se-ia, num caso, poderes à SUDECO para conceder os incentivos da Lei nº 5.174-66, de modo restrito à área remanescente da SUDAM, nos Estados de Mato Grosso e Goiás, excluídas as áreas novas.

Esta solução todavia não parece, em absoluto, recomendável, pois se quebrariam a unidade e a continuidade das diretrizes e dos procedimentos pertinentes, enquanto o novo órgão estaria, de início, evidentemente despreparado para bem cumprir o encargo. Finalmente, a diferenciação do tratamento de áreas sob uma mesma jurisdição seria fonte permanente de conflitos e consequentemente de pressões múltiplas para a extensão dos benefícios à área restante, em contrariedade às diretrizes oficiais.

Diante dos fatores em causa, a única solução condizente é a sugerida no anteprojeto, pela qual permaneceria uma superposição de áreas da SUDECO e da SUDAM, para efeito de que a última, entidade continuasse a aplicar os benefícios fiscais nas áreas

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Trabalho nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

precitadas dos Estados de Mato Grosso e Goiás, assegurando desse modo a unidade de orientação, de procedimento e de sistema.

A área natural da SUDECO não se veria mutilada, enquanto as notórias inconveniências da superposição ou da duplicação seriam amplamente superadas pela estreita cordonação da SUDAM e da SUDECO, na atuação de ambas na área comum, de acordo com a recomendação constante do anteprojeto.

Creio seja a solução exata.

A elaboração do anteprojeto ora encaminhado seguiu, evidentemente, os moldes em que estão vazados os diplomas legais da SUDAM, da SUDENE, da SUDESUL e da SUVALE, revestindo-se todavia de maior cumplicidade, concisão e objetividade, no propósito de deferir ao poder regulamentar maior flexibilidade na detalhamento da organização e na execução das normas legais.

A constituição da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste retira a substância e a razão de ser da Fundação Brasil Central, que exauriu as suas possibilidades de atuação e será necessariamente superada por um órgão de estrutura moderna e de objetivos bem mais amplos.

Prescreve o anteprojeto a sua extinção até o ano de 1968 e, consequentemente, a absorção do seu acervo de bens, recursos e pessoal pela nova Superintendência.

Finalmente, Senhor Presidente, a necessidade de que a instituição se faça, por via legislativa tem razão no art. 46, alínea III, da Constituição Federal, e no art. 5º, alínea I, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, onde se condiciona a existência de autarquia à sua criação em lei.

Desse modo submeto à sua alta apreciação as presentes considerações e o anteprojeto de Lei em anexo, cabendo a Vossa Excelência julgar da conveniência e da oportunidade de convertê-lo em projeto de lei, para a devida tramitação no Congresso Nacional.

Queria aceitar, Senhor Presidente, as expressões reiteradas do meu profundo respeito. — Antônio Faustino Pôrto Sobrinho.

PROJETO DE LEI

Nº 13, de 1967 (C. N.)

Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências.

Art. 1º Fica criada a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO, entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior.

§ 1º A área de atuação da SUDECO compreende os Estados de Goiás e Mato Grosso.

§ 2º A área que, em virtude do disposto no parágrafo anterior e no art. 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, resultar comum a SUDECO e a SUDAM, permanecerá, para efeito de aplicação de estímulos fiscais sujeito a legislação e normas que regem a SUDAM.

Art. 2º Compete à SUDECO elaborar, em entendimento com os Ministérios e órgãos federais atuantes na área, e tendo em vista as diretrizes gerais do planejamento governamental, os Planos Diretores do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, que observarão a seguinte orientação:

a) realização de programas e pesquisas e levantamentos do potencial econômico da Região, como base para a ação planejada a curto e a longo prazo;

b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de polos de

crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;

c) concentração de recursos em áreas selecionadas em função do seu potencial e de sua população;

d) formação de grupos populacionais estáveis, tendentes a um processo de auto-sustentação;

e) fixação de populações regionais, especialmente no que concerne as zonas de fronteira;

f) adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;

g) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura como base de sustentação das populações regionais;

h) ordenamento da exploração das diversas espécies e essências nobres nativas da Região, inclusive através da silvicultura e aumento da produtividade da economia extrativista, sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável;

i) ampliação das oportunidades de formação de mão-de-obra e treinamento de pessoal especializado necessária ao desenvolvimento da Região;

j) aplicação coordenada dos recursos federais da administração centralizada e descentralizada, e das contribuições do setor privado e fontes externas;

l) coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento, implantação e expansão de infra-estrutura econômica e social, reservando à iniciativa privada as atividades agropecuárias, industriais, mercantis e de serviços básicos rentáveis;

m) coordenação de programas de assistência técnica e financeira nacional, estrangeira ou internacional, a órgãos ou entidades da Administração Federal, na parte referente a programas incluídos nos Planos Diretores.

§ 1º Os Planos Diretores serão executados em etapas plurianuais, consubstanciados e aprovados em Decreto e revisados anualmente.

§ 2º O Orçamento da União consignará, em cada exercício, os recursos financeiros suficientes aos encargos do Governo Federal com a execução do Plano.

Art. 3º Compete ainda à SUDECO:

a) elaborar os Planos Diretores, previstos no § 1º do artigo anterior, acompanhar a sua execução e promover as revisões anuais, tendo em vista os resultados obtidos;

b) opinar sobre as propostas orçamentárias dos órgãos federais, na parte em que se referirem a programas incluídos nos Planos Diretores;

c) desempenhar, em geral, as suas atribuições de órgão coordenador de programas de desenvolvimento regional, de acordo com o disposto nesta Lei e em seu Regulamento.

Art. 4º São órgãos da SUDECO:

a) Conselho Deliberativo;

b) Secretaria Executiva.

Art. 5º São atribuições do Conselho Deliberativo:

a) manifestar-se sobre os Planos Diretores e suas revisões;

b) acompanhar a execução dos Planos Diretores e apreciar periodicamente os resultados obtidos;

c) decidir sobre as propostas do Superintendente relativas à alienação de bens imóveis que por lei ou programa tenham essa destinação;

d) aprovar acordos, convênios e contratos pertinentes a obras ou serviços não constantes do Plano Diretor;

e) aprovar a proposta de orçamento-programa a ser submetida ao Ministério do Interior;

f) aprovar as normas, tabelas de salários e gratificações e o quadro de pessoal da SUDECO, e submetê-los ao Ministro do Interior, para aprovação do Presidente da República;

g) aprovar a estrutura da Secretaria Executiva e as atribuições dos órgãos que a integram, respeitados as normas e princípios do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

h) emitir parecer sobre as contas do Superintendente, sobre os balanços e o balanço anual da Autarquia.

Parágrafo único. O Poder Executivo disporá sobre a remuneração dos membros do Conselho Deliberativo, que será fixado por sessão a que comparecerem, bem como sobre a forma pela qual deverá ele deliberar.

Art. 6º O Conselho Deliberativo será constituído pelo Superintendente da SUDECO, que o presidirá, e pelos representantes das seguintes entidades:

a) Ministérios da Agricultura, Comunicações, Educação, Fazenda, Indústria e Comércio, Minas e Energia, Planejamento, Saúde e Transportes;

b) Estado-Maior das Forças Armadas;

c) Estados de Goiás e Mato Grosso.

Art. 7º Compete à Secretaria Executiva:

a) apresentar ao Conselho Deliberativo propostas sobre os assuntos da competência desse órgão;

b) cumprir e fazer cumprir as resoluções do Conselho;

c) apresentar ao Conselho Deliberativo e ao Ministro do Interior relatório periódico sobre o desenvolvimento do Plano Diretor;

d) elaborar plano de emergência, em caso de calamidade pública.

Parágrafo único. O Superintendente da SUDECO será o responsável pela Secretaria Executiva, auxiliado por um Superintendente-Adjunto.

Art. 8º Cabe ao Superintendente representar a SUDECO ativa e passivamente, em juízo e fora dele.

Art. 9º Os serviços da SUDECO serão a atribuídos:

a) por pessoal próprio contratado exclusivamente sob o regime da legislação trabalhista;

b) por servidores federais, estaduais ou municipais, requisitados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. Os servidores de que trata a letra "b" deste artigo poderão optar entre a percepção dos vencimentos e vantagens correspondentes ao do cargo de origem ou pelos salários e vantagens a que fizer jus de acordo com as normas de pessoal da SUDECO.

Disposições gerais

Art. 10. A SUDECO exercerá as suas atividades conformando-se às leis

e regulamentos gerais pertinentes à administração indireta, no que lhes forem aplicáveis, especialmente as normas e diretrizes do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 11. Até 31 de dezembro de 1968, será extinta a Fundação Brasil Central, constituída nos termos do Decreto-lei nº 5.878, de 4 de outubro de 1963 transferindo-se para a SUDECO, na forma da legislação e normas pertinentes em vigor, os seus recursos orçamentários e extrorçamentários, bem como o seu patrimônio.

Parágrafo único. A SUDECO reexaminará os acordos, contratos, ajustes ou convênios firmados pela Fundação Brasil Central, ratificando-os, modificando-os ou rescindindo-os, nos termos da legislação vigente.

Art. 12. O quadro de pessoal da Fundação Brasil Central, integrado pelos servidores amparados pela Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, será absorvido pela SUDECO, na forma estabelecida pelo Poder Executivo, quando da extinção da entidade mencionada no artigo anterior.

§ 1º O quadro a que se refere este artigo é considerado em extinção, a operar-se gradativamente de acordo com as normas fixadas no Regulamento desta lei.

§ 2º Os servidores do quadro em extinção passarão a prestar seus serviços à SUDECO de acordo com o regime legal que lhes é próprio, podendo, entretanto, optar pelo regime da legislação trabalhista, a juízo da Administração, conforme estabelecido em Regulamento.

§ 3º O Poder Executivo poderá determinar o aproveitamento do pessoal referido neste artigo, em outros órgãos da administração direta ou indireta, consoante no art. 9º, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 ou, mediante convênio, colocá-los à disposição de Estados e Municípios.

Art. 13. Observadas a legislação e normas em vigor, a SUDECO, por proposta do Superintendente, aprovada pelo Conselho Deliberativo, poderá contrair empréstimo no País ou no exterior para acelerar ou assegurar a integral execução de programas e projetos previstos no Plano Diretor.

§ 1º A operação de que trata este artigo poderá ser garantida pela SUDECO, com seus próprios recursos.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a dar garantia do Tesouro Nacional às operações de crédito internas ou externas, referidas neste artigo.

§ 3º Os recursos destinados à amortização e ao pagamento de juros relativos às operações de crédito contratadas pela SUDECO constarão do orçamento-programa da autarquia.

Art. 14. A SUDECO poderá promover a desapropriação de bens por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social quando necessário a realização de suas finalidades, em sua área de atuação.

Art. 15. Ressalvada a necessidade excepcional de contratação de técnicos especializados, reconhecida expressamente pelo Presidente da República nenhuma admissão de pessoal será feita na Autarquia sem que se verifique, previamente, no centro de redistribuição de pessoal a existência de servidor que possua a qualificação exigida (art. 9º § 5º — Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967).

Parágrafo único. O disposto neste artigo é extensivo às Autarquias e demais órgãos subordinados ao Ministério do Interior.

Art. 16. O Poder Executivo ditará, em execução desta Lei, o Regulamento da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Art. 17. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, de de 1967.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.173 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1966

Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências.

Art. 1º A Amazônia, para os efeitos desta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, ao Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e do Estado do Maranhão a este do meridiano de 44º.

Art. 64. Esta lei entrará em vigor no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de outubro de 1966; 145º da Independência e 78º da República. — H. Castello Branco. — Carlos Medeiros Silva. — Octávio Bulhões. — Guilherme Canedo Magalhães. — João Gonçalves de Souza.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 200 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

CAPÍTULO II

Das medidas de aplicação imediata

Art. 98.

Art. 99. O Poder executivo adotará providências para a permanente verificação da existência de pessoal ocioso na Administração Federal, diligenciando para sua eliminação ou redistribuição imediata.

§ 1º Sem prejuízo da iniciativa do órgão de pessoal da repartição todo responsável por setor de trabalho em que houver pessoal ocioso deverá apresentá-lo aos centros de redistribuição e aproveitamento de pessoal que deverão ser criados, em caráter temporário, sendo obrigatório o aproveitamento dos concursados.

§ 2º A redistribuição de pessoal ocorrerá sempre no interesse do Serviço público, tanto na Administração Direta como em autarquia, assim como de uma para outra, respeitado o regime jurídico pessoal do servidor.

§ 3º O pessoal ocioso deverá ser aproveitado em outro setor, continuando o servidor a receber pela verba da repartição ou entidade de onde tiver sido deslocado, até que se tomem as providências necessárias à regularização da movimentação.

§ 4º Com relação ao pessoal ocioso que não puder ser utilizado na forma deste artigo, será observado o seguinte procedimento:

a) extinção dos cargos considerados desnecessários, ficando os seus ocupantes exonerados ou em disponibilidade, conforme gozem ou não de estabilidade, quando se tratar de pessoal regido pela legislação dos funcionários públicos;

b) dispensa, com a consequente indenização legal, dos empregados sujeitos ao regime da legislação trabalhista.

§ 5º Não se preencherá vaga nem se abrirá concurso na Administração Direta ou em autarquia, sem que se verifique, previamente, no compe-

tente centro de redistribuição de pessoal, a inexistência de servidor a aproveitar, possuidor da necessária qualificação.

§ 6º Não se exonerará, por força do disposto neste artigo, funcionário nomeado em virtude de concurso.

Brasília, 25 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República. — H. Castello Branco. — Carlos Medeiros Silva.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.878 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1943

Autoriza a instituição da Fundação Brasil Central e dispõe sobre o seu funcionamento.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º É o Governo Federal autorizado a instituir, com patrimônio próprio, uma fundação, denominada "Fundação Brasil Central", destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental.

§ 1º A União Federal será representada, no ato da instituição da Fundação, pelo Coordenador da Mobilização Econômica.

§ 2º A Fundação terá sede e foro na Capital Federal e será administrada na forma dos estatutos a serem aprovados, por decreto, pelo Presidente da República.

Art. 2º A Fundação será instituída com os bens já doados à Exposição Roncador-Xingu, e os estatutos deverão prover a possibilidade de novas doações, seja por entidades públicas, seja por particulares, e a constituição de suas fontes de receita não só pe-

los recursos que auferir desses bens e de sua aplicação, ou de suas atividades, como ainda pelas subvenções que receber do Governo Federal e dos Governos Estaduais ou Municipais.

Art. 3º A Fundação será dirigida por um Presidente assistido por um Conselho Diretor de dez membros, todos designados pelo Presidente da República.

Art. 4º O projeto de estatutos, elaborado pelo Presidente, com a assistência do Conselho Diretor, será submetido, dentro de sessenta dias da publicação desta Lei, à aprovação do Presidente da República, ouvido o Procurador-Geral do Distrito Federal, a quem cabem as atribuições fiscalizadoras previstas em lei.

Parágrafo único. Os estatutos conterão, obrigatoriamente, cláusulas que faculte ao Governo a nomeação de uma Junta de Controle, para fiscalizar a administração e cujas atribuições, também constarão dos estatutos, sem prejuízo da fiscalização normal às fundações estabelecidas na lei civil.

Art. 5º A Fundação exercerá as suas atividades conformando-se com as disposições de leis, constitucionais e ordinárias, tanto no que se referir à organização e aos poderes dos Estados e Municípios quanto aos assuntos em relação aos quais deva ela interferir por força de suas finalidades; ser-lhes-ão, todavia, reconhecidos os privilégios atribuídos às instituições de utilidade pública, e aqueles que, em matéria de impostos, transporte e sêlo, assistem às autarquias federais.

Art. 6º A presente lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1943; 122º da Independência e 55º da República. — Getúlio Vargas. — Apolônio Sales. — A. de Souza Costa. — Alexandre Marcondes Filho.

ATA DA 104ª SESSÃO, EM 17 DE OUTUBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 6ª Legislatura

PARECERES

RESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sosa

Oscar Passos

Edmundo Levi

Desiré Guarani

Catete Pinheiro

Clodomir Milet

Menezes Pimentel

Duarte Filho

Argemiro de Figueiredo

Rui Palmeira

Aloysio de Carvalho

Antônio Balbino

Josaphat Marinho

Carlos Lindemberg

Raul Giuberti

Paulo Torres

Gouvêa Vieira

Aurélio Vianna

Benedicto Valladares

SENADO FEDERAL

Nogueira da Gama

Lino de Mattos

Fernando Corrêa

Filinto Müller

Ney Braga

Antônio Carlos

Guido Mondin

Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 27 Srs. Senadores. Há número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituição de autógrafos de Projeto de Lei sancionado:

Nº 525-67 (nº de origem 697-67) — Projeto de Lei da Câmara nº 100-67, no Senado e número 447-B-67 na origem, que abre ao Ministério do Trabalho e Previdência Social o crédito especial de NCr \$42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros novos), para atender, no corrente exercício, a despesas com gratificações na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de

Política Sarial. Projeto que se transformou na Lei nº 5.333, de 16.10.67.

RESPOSTA A REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Do Ministro das Minas e Energia (Aviso de 16 do mês em curso):

Nº 700-GM-67 — Com referência ao Requerimento número 665-67, do Sr. Senador Aarão Stainbruch.

OFÍCIO DO MINISTRO DA FAZENDA

Nº 288-67, de 13 do mês em curso — Comunicando que as informações, solicitadas no Ofício nº 1.920 e reiteradas pelo de nº 1.793, desta Secretaria, já foram respondidas pelo Aviso nº 255, de 28 de setembro de 1967 em resposta ao Requerimento número 695, de 1967, do Sr. Senador Raul Giuberti.

PARECERES

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Parecer nº 712, de 1967

Redação Final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1967 (nº 435-B, de 1967, na Casa de origem).

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a Redação Final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1967 (nº 435-B, de 1967, na Casa de origem), que isenta dos impostos de importação e sobre produtos indus-

trializados material importado pela Sociedade Telefônica de Franca Ltda., destinado à ampliação de uma central telefônica sistema AGE.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1967. — José Feliciano, Presidente — Bezerra Neto, Relator — José Guimard.

ANEXO AO PARECER Nº 712, DE 1967

Redação Final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1967 (nº 435-B, de 1967, na Casa de origem), que isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, material importado pela Sociedade Telefônica de Franca Ltda., destinado à ampliação de uma central telefônica sistema AGE.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1-CF) Ao art. 1º acrescente-se a seguinte expressão:

"... e taxa de despacho aduaneiro".

PARECER Nº 713, DE 1967

Redação Final do Projeto de Resolução nº 79, de 1967.

Relator: Sr. Bezerra Neto

A Comissão apresenta a Redação Final do Projeto de Resolução nº 79, de 1967, que suspende a execução da Lei nº 2.580, de 28 de dezembro de 1961, do Estado de Minas Gerais, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Sala das Sessões, 12 de outubro de 1967. — José Feliciano, Presidente — Bezerra Neto, Relator — José Guimard.

ANEXO AO PARECER Nº 713-
DE 1967

Redação Final do Projeto de Resolução nº 79, de 1967.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, nº IV, da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº, DE 1967

Suspende a execução da Lei nº 2.503, de 23 de dezembro de 1961, do Estado de Minas Gerais, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da Lei nº 2.503, de 23 de dezembro de 1961, do Estado de Minas Gerais, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Expediente vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência deferiu, hoje, o Requerimento nº 874, do Sr. Senador Rui Palmeira, apresentado na Sessão anterior e dirigido ao Sr. Ministro da Fazenda.

É o seguinte o requerimento deferido:

REQUERIMENTO

Nº 874, de 1967

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Casa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Fazenda, as seguintes informações:

1) Se o Ministério da Fazenda está estudando a criação do Quadro da Classe Singular de Fiscal Auxiliar do Imposto de Renda;

2) Se existe Comissão designada para esse estudo, quais os Membros da mencionada Comissão, quando foi instalada, quantas reuniões foram realizadas e se já há algum trabalho sobre a criação da Classe Singular de Fiscal Auxiliar do Imposto de Renda;

3) Se tem fundamento que diversos Fiscais do Imposto de Renda, estão servindo ao Ministério da Fazenda como Chefes de Departamentos e Seções, deixando as funções para que foram nomeados;

4) Se a criação da Classe Singular de Fiscal Auxiliar do Imposto de Renda, dará aumento de despesas;

5) Se tem fundamento que a Comissão de Reforma do Ministério da Fazenda, através de seu relatório oficial de número 23/66, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, bem como pelo X Seminário de Planejamento Fiscal, já se pronunciou pela criação do referido Quadro de Fiscal Auxiliar, atestando que com a criação do citado Quadro, dará maior arrecadação à Fazenda Nacional;

6) Se o DASP, órgão, oficial do Poder Executivo, já foi ouvido sobre o assunto e no caso negativo, por que;

7) Com a criação do Quadro da Classe Singular de Fiscal Auxiliar do Imposto de Renda, quantos servidores serão enquadrados no Brasil; e

8) Dos servidores lotados na Delegacia Fiscal, em Alagoas, somente quarenta funcionários serão beneficiados?

Sala das Sessões do Senado Federal. Brasília, 13 de outubro de 1967. — Rui Palmeira

Justificação

No atual momento há falta de estrutura no Departamento do Imposto de Renda, diz, o Presidente da Associação dos Servidores do Imposto de Renda, em Alagoas, Senhor Edson de Faria.

"Existem classes que deveriam ser extintas; e há a falta de principal para os serviços de fiscalização e arrecadação interna, que precisa ser criada, qual seja a de Fiscal Auxiliar do Imposto de Renda."

A Fazenda Nacional terá muito a ganhar com a criação da nova classe singular de Fiscal Auxiliar do Imposto de Renda pelas seguintes razões:

a) a fiscalização externa passará a ser mais eficiente e célere, uma vez que os serviços de revisão das declarações e guias de recolhimento passarão a ser de atribuições dos futuros Fiscais Auxiliares do Imposto de Renda, aliviando, assim, os Agentes Fiscais de sua sobrecarga;

b) a fiscalização externa e interna se tornará mais eficiente em face da uma interpretação que haverá entre os Agentes Fiscais e os Fiscais Auxiliares do Imposto de Renda;

c) retilizada a estrutura das carreiras do Departamento do Imposto de Renda e suas Delegacias Regionais, Seccionais e Intermunicipais, a máquina administrativa dessas repartições andará com mais presteza e maior objetividade em prol da arrecadação; e

d) haverá uma correspondência entre níveis de responsabilidade e os níveis de vencimentos dos servidores.

Sala das Sessões do Senado Federal. Brasília, 13 de outubro de 1967. — Rui Palmeira.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) A Presidência comunica haver recebido requerimento de informação do Sr. Senador Raul Guberti, ao Sr. Ministro da Educação e Cultura.

O requerimento será, após despacho, publicado no Diário do Congresso. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Senhor Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente Srs. Senadores, em conversa com destacadas pessoas de atividades comerciais e industriais em Brasília, tenho notado um teor de confiança no futuro desta cidade como Capital da República. De certo, essa dose de confiança advém dos anúncios e louváveis projetos do Sr. Presidente da República de consolidá-la como capital definitiva do País.

Também eu tenho esse propósito, pois não é possível que vivamos sob o regime de duas capitais, uma de fato outra de direito.

Urge que a Capital seja efetivamente consolidada e todas as medidas que se tomarem nesse sentido devem merecer o apoio daqueles que compreendem e sentem o drama de um País de dupla capital.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O Sr. Filinto Müller — Estou inteiramente de acordo com V. Exª, mas não se trata somente dessa angústia de um País com duas capitais. O que nós, homens do interior devemos sempre acentuar, é que não se compreende que o Brasil abandone uma im-

ensão de seis milhões de quilômetros quadrados, no interior, voltando as vistas somente para a Litoral. A importância de Brasília é esta, e não é estática; não foi criada, como disse o Sr. Presidente Juscelino Kubitschek, para ser uma cidade conventual. Ela é o ponto de partida para o desenvolvimento do nosso interior. Daqui devemos ter a coragem e a disposição de ir até o Amazonas, percorrendo o território interno que constitui grande parte de nossa Pátria.

O SR. EDMUNDO LEVI — O Sr. Filinto Müller fez um comentário de um grande desenvolvimento do moderno discurso que profetizou pronunciar nesta noite. Entretanto, considerando de aspecto histórico, político, econômico e social, pois, em verdade, tais aspectos integram o que se dedica ao estudo das coisas brasileiras.

Entretanto, desviar-me-ia dos propósitos que me tracei se me ativesse ao prazer de debater o projeto com que me honrou o eminente Senador Filinto Müller.

Digo eu que devemos apoiar todas as medidas, todas as providências que visem a tornar efetiva a anunciada consolidação. E, por isso mesmo, vejo com prazer nas ruas, nas praças, enfim, onde há obras iniciadas as placas que anunciam:

Consolidação de Brasília

Governo do Presidente Costa e Silva

Administração do Prefeito Vdjo Gomide.

Em outros tempos talvez isto merecesse reparos de certos Catões. Não obstante entendo que o povo precisa saber que alguma coisa se faz de positivo. Não reprovos tais placas e até, as justifico.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, um dos fatores da consolidação da Capital será, inevitavelmente um sistema de ensino capaz de atender às necessidades das famílias que aqui se instalam.

Domingo passado transcorreu o dia dedicado ao professor. A Secretaria de Educação, num gesto muito digno, publicou uma saudação aos professores. Peca literária perfeita, capaz de entusiasmar aqueles que não conhecem uma parcela sequer do drama que vive o professor, em Brasília. A nota divulgada pela Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, como saudação aos mestres, depois de algumas considerações sobre o papel de Brasília e do professor, inclui um trecho que eu me permito destacar:

"A magna tarefa cabe, em grande parte, aos educadores. São seus esforços, empenhos e da fidelidade que dá significação aos seus atos, a grandeza, sem dúvida, o bravo para que o nosso País alcance a posição que deverá ocupar no panorama internacional."

É esta a mensagem:

"Para que o País atinja os altos padrões técnicos e científicos indispensáveis aos estádios desenvolvidos do progresso e do bem-estar humanos é decisiva a ação dos mestres — desde os que se ocupam dos pequeninos do jardim da infância aos que conduzem a educação superior."

Evidentemente verdades profundas se contêm nesta nota de saudação ao magistério da Brasília.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que teria sido mais grato ao coração do professorado de Brasília um anúncio, uma comunicação da Secretaria de Educação sobre pelo menos como estaria sendo equacionado, para uma solução rápida, os graves

problemas que parem e que afligam a vida dos professores de Brasília.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Moore Senador Edmundo Levi, V. Exª está lembrando um dos mais importantes problemas de Brasília. O Brasil tem uma população — se não se fala e medita — de cerca de 40 milhões de habitantes. Desses, 10 milhões compõem a massa de estudantes, os jovens de menos de 25 anos. Se não houver, para o Governo, uma grande preocupação com a melhoria que irá amanhã dirigir os destinos do País, perderemos inevitavelmente uma Pátria embaraçada de dificuldades e problemas que ao momento, são insuperáveis. V. Exª tem razão em falar este ponto, no qual me atrevo, no sentido de despertar a atenção para este aspecto que está tornando, naturalmente por motivos de força maior, com relação ao problema da educação no Brasil. Brasília, já foi, do ponto de vista do atual Governo objeto de um modesto discurso meu, nesta Casa. Naturalmente, pela circunstância de homem de Oposição, o discurso pouco coube por aqueles que estão no Poder. Opositorista que não tem oposição, que não é sistemático, quer a classificar o atual Presidente da

República, em face dos trabalhos apresentados, trabalho constante, significativo, trabalho de consolidação da capital da república, mesmo em todos os setores, como o Presidente consolidação incontestável de Brasília. Entretanto, com relação ao ensino, há imperiosa necessidade de que o Presidente da República, interessado como está na expansão e consolidação da nova capital, o encare com cuidado especial. Citaré um caso que diz respeito à minha própria família: um filho que se submeteu a exame de vestibular de medicina, está na iminência de não poder ingressar no primeiro ano por falta de vaga. Esse problema existe em quase todo o Brasil: falta de vagas para a modalidade intermédica, cursos superiores e servir ao Brasil com os deveres civis e da cidadania. De modo que, juntamente com V. Exª, Excelência, lance o meu apelo no sentido de que este problema, sobre o qual na Capital da República, seja resolvido prontamente, afim de se criar que jovens, vindos do interior, com sacrifício de suas famílias, para se submeterem a exames e ingressar nos cursos superiores se vejam expostos sem oportunidade de seguir a carreira escolhida, tão somente por falta de vaga na Escola.

Além dos problemas que têm estado nesta Casa, em defesa da região, que interessa igualmente a toda a nação, a Amazônia, V. Exª caliza, nesta hora problema de maior importância. Por isto, além da minha solidariedade às palavras de V. Exª congratulo-me com a iniciativa que acaba de tomar.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito grato pelo apelo objetivo do Sr. Senador Argemiro de Figueiredo. Em verdade, Sr. Exª de calcular de maneira correta, não apenas o drama do ensino em Brasília mas em todo o Brasil. Formulando, comigo, o seu apelo para que as autoridades responsáveis encontrem uma solução para o problema. S. Exª está como patriota, perfeitamente comprometido de que o ensino é a grande meta a conquista da verdadeira independência do Brasil.

O Sr. Desiré Guarani — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Tem o aparte V. Ex.ª;

O Sr. Desiré Guarani — Bem disse o Sr. Senador Argemiro de Figueiredo que V. Ex.ª, Senador Edmundo Levi, está apreciando, com muita precisão, um dos problemas mais importantes deste País, o da educação e mormente em Brasília que, como Capital da República, tem de apresentar um ensino padrão.

A Universidade de Brasília tem tido imensos problemas nestes últimos anos para efetivar os seus planos de trabalho, vários deles decorrentes de medidas tomadas pela revolução, quanto a setores do magistério e outros decorrentes de dificuldades financeiras, pois os recursos destinados a atender às despesas da Universidade não são entregues. A Universidade, como Fundação tem seus recursos próprios que, por lei, foram consignados como dividendos das ações da União, na Cia Siderúrgica Nacional que por circunstâncias diversas vinculadas à problemática econômica, não está pagando à Universidade os dividendos dessas ações da União.

Isto tem criado problemas sérios em todos os setores da Universidade. Um deles, dos mais dramáticos, é o da Faculdade de Arquitetura onde o ensino desceu a tal nível que os alunos se têm recusado a receber aulas de professores não capacitados para o nível compatível com a formação universitária. Foi até anunciado uma greve de protesto dos alunos por considerarem as aulas muito aquém da capacidade de percepção de alunos avançados num setor altamente especializado da cultura. Esses aspectos todos que V. Ex.ª está denunciando ressaltam a gravidade do problema que deve ser constantemente ventilado, para que, no mais breve possível, se encontre uma solução, para que a mocidade possa aprimorar os seus conhecimentos e elevar sua capacidade, seja de ordem técnica, cultural ou artística e que estudos nunca faltem para aqueles que querem se aperfeiçoar para melhor servir a pátria em que nasceram.

O SR. EDMUNDO LEVI — Vossa Excelência, nobre Senador Desiré Guarani, não aparte com que me honra, enfoca, com muita propriedade, o problema grave que vive a Universidade de Brasília. Há poucos dias, li que as dívidas que pesam sobre aquela organização são de tal monta que, parece, não encontrará meios para saldá-la e, conseqüentemente, sobreviver.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, enquanto a Secretaria da Educação publica a bela nota literária de congratulações com o magistério de Brasília, o Correio Braziliense, em sua edição de 14 de outubro, sábado, véspera do transcurso do Dia do Professor, no seu segundo caderno, faz uma breve reportagem que afiora, toca apenas, na ponta do iceberg que é o drama que vive o professor.

Sob o título, "Quem sofre mesmo é o Professor", o Correio Braziliense faz o que está dizendo o eminente Senador Guido Mondin — "já é algo em favor do professor".

Começa o comentário dizendo que ao se instalar Brasília, para cá vieram inúmeros professores atraídos pelo ideal que abraçaram, mas também imbuidos do propósito da nova experiência que se anunciava sobre matéria de ensino na Capital da República.

De início essa experiência funcionou de tal sorte que muitos professores se sentiram empolgados pelos novos métodos, pela nova maneira como se dirigia o ensino, sobretudo o primário, na recém-inaugurada Capital da República.

Mas, com o decorrer dos anos, parece que se foi burocratizando esse importante setor da vida pública e, pouco a pouco, segundo o jornal, a rotina vai dominando o ensino em Brasília.

A par desse aspecto técnico, há aquele que mais dificulta a vida do professor em Brasília: as condições materiais de vida.

Muitos deles estão aí em alojamentos precários, em promiscuidade, sem ver nenhum interesse do poder público para resolver tão grave e tão penosa situação. Os salários não permitem que procurem apartamentos ou mesmo aluguem quartos em apartamentos decentes e muitos fazem, hoje, no desestímulo, no desengano, na desesperança de uma solução, e pior do que tudo isso, vendo desmoronar todos os seus sonhos de construir uma nova mentalidade na Capital da República e ajudar a fixar uma nova orientação para o ensino brasileiro.

O "Correio Braziliense", nestas considerações, depois de focalizar diversos aspectos, tem um tópico que diz respeito ao problema da residência:

(Lendo)

"A única vez que se distribuiu uma cota de residências entre professores foi em 1960. Em 1962 alguns conseguiram casas "no peito", pois realizaram uma invasão. Em 1963, os novos professores foram alojados no Anexo do Lago, mas todo dia estão diante de boatos de que serão transferidos para as casinhas do SHIS, porque o Clube das Forças Armadas precisa de alojamento para seus soldados.

Os que chegaram depois de 1964 pagam aluguel por pequenos quartos, no fundo das casas da W-3 ou em apartamentos. Altos aluguéis, em relação aos seus vencimentos.

A Secretaria da Educação organizou um grupo de trabalho para criar uma Cooperativa Habitacional. Distribuíram-se formulários, todos os preencheram, mas nada mais se soube. A CODEBRAS chegou ao cúmulo de anunciar que não aceitaria inscrições de funcionários da Prefeitura. Os professores foram se inscrever, assim mesmo, mas a direção promete manter a decisão".

Srs. Senadores, esse vem a ser um dos aspectos do drama que é a vida do professor no Distrito Federal.

Como pretender que esses mestres possam manter a chama de um ideal, realizar aquilo que seria, realmente, o objetivo do ensino em Brasília e, sobretudo, marcar uma nova mentalidade para o Brasil, quando não lhes damos as mínimas condições para a sua vivência meramente material como base para a vida mental e espiritual?

O Sr. Guido Mondin — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Guido Mondin — Toda a realização, toda execução tem de ser, antes, inquietação e preocupação — mesmo que rime. Como membro do Conselho da Fundação Educacional de Brasília, é evidente que tenho de estar muito por dentro desta tremenda problemática. Foi muito fácil, no princípio, parecer que toda aquela experiência que se anunciava seria integralmente executada. No entanto, a demanda, em Brasília, tumultuou, precipitou-se, foi de tal ordem que embarçou todos os Secretários de Educação de Brasília que se seguiram. No momento, temos à testa da Secretaria de Educação um ex-parlamentar, homem experimentado, da mais alta visão, que está, presentemente, sofrendo precisamente essa preocupação e essa inquietação. No ano próximo, estaremos com milhares de crianças a entrar em escola. Com a falta desta e com a falta de professores, então, a perspectiva é de maiores dificuldades ainda. O que nos alenta é precisamente a visão que tem o atual titular da Secretaria de Educação de Brasília, mas sabemos da sua luta, porque é assunto frequente, constante das nossas reuniões a questão de recursos para levar adiante o atendimento ao ensino na Capital do país. Não bastante isto, todas essas dificuldades que já se fazem velhas, estas que V. Ex.ª anunciou e que conhecemos, é com frequência que somos procurados por professores que nos dão conta de seus problemas. Agora, imagine Vossa Excelência, Senador Edmundo Levi, como isso resultará, no ano próximo, com essas novas exigências! Então, teremos dois tremendos problemas pela frente: o de material humano e o de recursos. Assim, quero proclamar que nossa esperança está precisamente no tirocinio do Secretário de Educação: com a preocupação que tem, com a tenacidade com que desenvolve sua administração, será possível encontrar os meios para estabilizar toda essa situação. De sorte que aprecio o comentário e a crítica que V. Ex.ª faz, mais precisamente no sentido de colaborar, eis que todos nós de Brasília temos preocupação com esse setor de desenvolvimento da cidade, ainda mais porque nele estão nossos filhos, e nossos netos. Quando outras preocupações não tivéssemos essas, imediatas, estão a nos perturbar. Saiba, portanto, V. Ex.ª, que há preocupação por parte do titular. S. Ex.ª conhece rigorosamente bem toda a problemática. E não diremos que está o ensino em Brasília envolto em rotina. Está, antes de mais nada, envolto num complexo de problemas que precisam ser afastados, para que o ensino se desenvolva naquela forma ideal que nos foi anunciada quando aqui chegamos.

O SR. EDMUNDO LEVI — O aparte com que me distingue o eminente Senador Guido Mondin não só reforça os argumentos que expendo como se traduz em depoimento daquilo que existe, daquilo que é e daquilo que se objetiva fazer, em favor do ensino no Distrito Federal.

Mas, eminente Senador Guido Mondin, V. Ex.ª citou a falta de material humano para atender à demanda do ensino em Brasília. Talvez, o que mais agrave essa falta seja a inexistência de condições materiais de vida para o professor primário nesta Capital. Quando houver possibilidade de darmos aos mestres que se venham a dedicar ao ensino em Brasília, condições dignas de vida, por certo, a demanda de pessoal estará superada com elementos que virão de todas as partes do Brasil e ainda com a formação de professores primários já na Capital da República.

Assim, as informações que Vossa Excelência traz muito me alegam, porque, demonstram que o eminente Secretário de Educação e Cultura já se assenhoreou desse complexo e procura, como homem sensível aos problemas das coletividades, encontrar a solução justa, de tal forma que rompamos o círculo de aço que envolve o ensino de Brasília. E, futuramente, as famílias e as populações que para aqui se trasladarem não ficarão, depois, com seus filhos privados de escolas.

Assim, eminente Senador Guido Mondin, ainda que outra coisa não houvesse conseguido meu pronunciamento nesta Casa, a informação que

V. Ex.ª traz deixa-nos a todos que nos interesse e sentimos a necessidade da consolidação de Brasília, confiantes em que algo se faz ou se pretende fazer para solucionar este aspecto do serviço público.

Apelando, Srs. Senadores, aos poderes públicos para que partam, decisivamente, para uma solução imediata e séria, conjugando todos os esforços, todos os recursos nesse objetivo, quero, como interessado nos problemas sociais, e culturais do Brasil, congratular-me com o professorado, não só de Brasília, mas de todo o País, pelo transcurso da data que lhe é consagrada e, ao mesmo tempo, formular votos para que, no ano vindouro, não apenas uma nota de congratulação de feição meramente literária, mas seja divulgada uma prestação de contas das realizações da Prefeitura do Distrito Federal, em favor do ensino e, especificamente, em favor das condições de vida do seu professorado. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, o restabelecimento do princípio da eleição direta vem constituindo uma reivindicação de parcelas ponderáveis da opinião do País, na imprensa, nas instituições de cultura, nas Casas do Congresso.

Não faz muito, neste Plenário, o nobre Senador Argemiro de Figueiredo, em brilhante discurso, defendeu a necessidade de restituir-se ao povo o soberano direito de escolher o Presidente e o Vice-Presidente da República.

O problema, porém, acabou de conquistar maior densidade e projeção com a recente decisão da comissão revisora do programa e dos estatutos da Aliança Renovadora Nacional. — Não vou, evidentemente, interferir nas questões internas do Partido a que não pertencem. Não seria de boa norma fazê-lo. A decisão adotada pela Comissão ultrapassou, porém, os limites dos interesses de facção. Em verdade, o órgão incumbido dos estudos de revisão do programa e dos estatutos da ARENA, se não adotou fórmula perfeita, cuidou de incorporar às normas básicas do partido uma diretriz que correspondia ao vivo anseio da coletividade brasileira.

Se a fórmula proposta não houvesse sido condicionada à caracterização, em tempo oportuno, de condições sociais, políticas e econômicas, poder-se-ia dizer que a comissão adotou orientação condizente com o pensamento da totalidade da opinião do País.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Se V. Ex.ª me deixar concluir, eu lhe darei o aparte.

E que, Sr. Presidente, não há de ser condicionado o restabelecimento da eleição direta a uma nova situação política, econômica, social ou financeira, do País, visto que restituirá ao povo, com a confiança nas suas próprias decisões, o poder de deliberar a escolha dos governantes maiores do País.

O Sr. Eurico Rezende — Agradeço a V. Ex.ª a oportunidade que me dá para procurar, embora pálidamente, compor o debate que V. Ex.ª, abre. Vejo — e isto me impressiona muito, embora seja este o objetivo de minha intervenção — que V. Ex.ª faz uma afirmativa no sentido de que a

eleição direta corresponde ao pensamento unânime da opinião pública brasileira. Quer-me parecer que V. Exa. opera em termos ao fazer esta assertiva de otimismo retórico ou psisagístico porque o Congresso Nacional, por dois terços de seus representantes, esculpiu na Carta Magna a regra da eleição indireta e, depois do comportamento destes dois terços a opinião pública julgou os seus representantes, isto é, aqueles que votaram pela eleição indireta. E os dois terços foram, em decorrência da renovada confiança popular, reconduzidos ao Congresso Nacional. Então, eu tenho muita honra, eu que não tenho capacidade obviamente, pignora que sou, de fazer cócegas no pé do gigante que é V. Exa., de julgar que é temerária a afirmativa de que a eleição direta corresponde ao pensamento unânime da opinião pública brasileira.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não há, evidentemente, Sr. Presidente. Srs. Senadores, estatística feita para contar os votos favoráveis ao restabelecimento da eleição direta, nem a estatística é dos critérios mais aconselháveis nos domínios da ciência política. Mas, ainda admitindo que não seja total o pensamento favorável à eleição direta — e assim o entende o nobre Senador Eurico Rezende — é fora de dúvida que parcela dominante, por todas as medidas conhecidas, reivindica o restabelecimento desse critério. Não pode ser fator arquivel contra essa diretiva a votação da Carta de 1967, com o princípio da eleição indireta, pois que todo mundo sabe, mas todo mundo. Inclusive o nobre Senador Eurico Rezende, que o Congresso Nacional não elaborou a Constituição, consagrou o pensamento do poder político e militar dominante, salvo em poucos pontos, alterados a muito esforço.

Mas não me vou perder na análise dessa circunstância...

O Sr. Eurico Rezende — Isso é fundamental.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — ... que não constitui o ponto essencial desse debate.

Dizia que louvores merece a nobre Comissão da ARENA que proclamou a excelência da eleição direta, e o fez sob as inspirações de tantos brasileiros ilustres, inclusive do nosso eminente companheiro nesta Casa o Senador Carvalho Pinto. Estranhável porém, extremamente estranhável é a notícia de que há, entre membros daquele partido, sobretudo na esfera do Poder Executivo, tenaz resistência à manifestação do princípio, que não chega a ser afirmação definitiva da tese aconselhável, porque condicionada à criação de ambiente adequado.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — De esperar é que os membros da Comissão decisória e outros eminentes participantes da ARENA congreguem seus esforços, sua inteligência, seu espírito público para que seja confirmada no programa o princípio moralizador e democrático.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte, agora?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — Vamos agora ver outra afirmativa de Vossa Excelência segundo a qual é estranhável que a ARENA se mobilize para discordar do pensamento majoritário da comissão encarregada de tratar das preliminares da reforma estatutária. Ora, se V. Exa. defende a tese de que só poderá haver democracia, dentro da peculiaridade brasileira,

através da eleição direta, Vossa Excelência, num regime democrático, não pode negar a estes setores da ARENA o direito de omissão de outros setores. Não se pode negar a estes setores a liberdade de expressão e de voto, naturalmente, e, na oportunidade, não se pode negar a estes setores o direito de manifestar as suas tendências políticas. Não é V. Exa. que, neste caso, seria o ministro, o juiz, não sou eu que nesse caso, seria um simples juiz de paz ou juiz seria a maioria da ARENA. Dando este aparte eu prometo a V. Exa. não intervir um milímetro sequer na euforia do MDB, quando a honrada oposição resolver incluir no seu programa e nos seus estatutos a figura da eleição direta.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Já declarei, de início, Sr. Presidente, que não cometera a indelicadeza de interferir nos problemas internos do Partido. Fixei, porém, uma tese, que é daquelas em que os Partidos e seus integrantes têm uma limitação de decidir, porque estão, uns e outros, submetidos a um interesse maior, que é o interesse da comunidade nacional. Os Partidos e os homens de Partidos não têm o direito de submeter as prerrogativas soberanas do povo a seus interesses de facção. Há direitos dos Partidos e há abusos dos Partidos, há prerrogativas dos membros dos Partidos e há excessos dos membros dos Partidos. Partidos praticam abusos, membros dos Partidos praticam excessos, quando, para defender prerrogativas de grupos, violam interesses do povo, e o princípio da eleição direta, mais do que uma diretiva de programas partidários, é um princípio que diz respeito, diretamente, à existência do povo, como comunidade capaz de decidir, pelo voto, de seus próprios destinos.

Ocorre, porém, Sr. Presidente, que não desejo, neste debate, perder-me na discussão doutrinária das excelências do voto direto. O reconhecimento de sua superioridade sobre a fórmula indireta é, hoje, por assim dizer, a lição preponderante da ciência política e do Direito Público.

Mas, Sr. Presidente, Holmes acentuou um dia na Suprema Corte americana que "mas vale uma página da história do que um compêndio de lógica".

Vou, assim, pôr à margem todo um arsenal de princípios doutrinários que poderiam ser invocados neste debate, para fixar a tese da legitimidade, da conveniência, da necessidade das eleições diretas segundo o pensamento dos eminentes líderes da revolução. "Mas vale uma página da história do que um compêndio de lógica".

Desde que vitoriosa, a Revolução fez questão de assinalar que visava ao restabelecimento da pureza do sistema democrático, a restituir ao povo a tranquilidade de suas decisões, a garantir-lhe a soberania de seus pronunciamentos.

Tanto isto era um dos pontos fundamentais da revolução vitoriosa que, já a 11 de abril de 1964, falando à Nação através do rádio e da televisão, o Presidente Castello Branco anunciava-lhe esta notícia alvissareira:

"Espero também, em me ajudando o espírito de colaboração de todos os brasileiros e o sentimento da gravidade da hora presente, possa entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor, legitimamente eleito pelo povo em eleições livres, uma nação coesa e, ainda mais, confiante em seu futuro, a que não mais assaltem os temores e os

angustiosos problemas do momento atual".

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Permite-me V. Exa. que eu brinco de desmentir o pensamento de seus ilustres conselheiros e chefes da revolução, porque, ao contrário, quero reafirmar a validade da dissertação que estou fazendo.

Ainda em 1964, e para confirmar definitivamente a tese de que a eleição direta era um dos pressupostos da revolução vitoriosa, o Governo fez votar, pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional nº 9, na qual, tratando de fortalecer a soberania da decisão popular, inscreveu, para eleição do Presidente da República, o princípio da maioria absoluta.

Ao se realizarem as eleições de 1965, o Presidente Castello Branco bradou aos céus e às terras a grandeza da revolução, abrindo as urnas ao livre pronunciamento do povo, na escolha de onze Governadores.

E o processo eleitoral foi elogiado, e a sabedoria do povo no decidir foi posta em relevo.

Por essa época, o Ministro da Guerra, o ilustre Sr. General Costa e Silva, falando as vésperas da eleição, salientava que o pleito dos onze Estados traduzia — são palavras suas — o alto sentido democrático de nossa revolução.

Porém, houve mais, Sr. Presidente. Pouco antes dessas eleições de 1965, a Câmara dos Deputados, receosa pediu a convocação do Ministro da Justiça. Compareceu ao plenário daquela Casa o preclero e sereno Ministro Milton Campos. Falou com tamanha firmeza e tranquilidade, declarando que as eleições populares eram um empenho da revolução e do seu Governo, que a Câmara e o povo acreditaram assim efetivamente fosse. Na palavra do Ministro, de fato, não havia que duvidar, tanto que, pouco depois, quando S. Exa. sentiu que seu compromisso político e moral, publicamente assumido perante a Nação, já não podia ser cumprido, sobriamente abandonou o cargo, para permanecer fiel a seus ideais. Mas ali, perante a Câmara dos Deputados, o Ministro Milton Campos, em março de 1965, declarava com ênfase:

"O Governo quer eleições e as quer limpas, autênticas, democráticas. Considera mesmo que elas são a base do regime e, por isso, deseja promovê-las com amplas garantias de espontaneidade e liberdade para o eleitor".

E entre pronunciamentos do Presidente Castello Branco, que invocou, destaca-se este em que o Chefe do Governo asseverava:

"Tenho a certeza de que a revolução não tem recelo de eleições e as deseja firmemente".

O Sr. Eurico Rezende — Julga V. Exa., agora, oportuno meu aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não!

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa., dando prova de carinhos *inmemoriam* para com o saudoso Presidente Castello Branco, destaca afirmativas de S. Exa. segundo as quais as eleições seriam limpas e honestas. O Ministro da Guerra de então, atual Presidente da República, Marechal Costa e Silva, percorreu o mesmo conceito e fez a mesma afirmativa: eleições limpas e honestas. E, finalmente, o nosso ilustre colega Senador Milton Campos, quando Ministro da Justiça e no instante da sua presença na Câmara

dos Deputados, em decorrência de convocação, reiterou aquelas afirmativas do Presidente Castello Branco. Então, não sei como V. Exa. enxerga qualquer contradição entre aquelas palavras, aquelas promessas e aquelas garantias e as eleições que se realizaram, porque as eleições limpas e honestas não são apenas aquelas dadas no voto direto. A não ser que V. Exa. lance ao Congresso Nacional o provável de dizer que os Deputados e os Senadores são incapazes de realizar eleições limpas e honestas.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Presidente e eu não preciso julgar os Parlamentares quanto ao constrangimento, que na sua maioria, experimentam.

O Sr. Eurico Rezende — Não apela! V. Exa. avançou demais o sinal.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Ainda no ano passado, na Câmara dos Deputados, o nobre Deputado Raul Pila, insuspeito à revolução, porque partidário dela, assinalou em memorável discurso...

O Sr. Eurico Rezende — Tão honrado com os demais Parlamentares!

O SR. JOSAPHAT MARINHO — ... que mesmo nos Países em que se admite legitimamente a eleição indireta, ela é consagrada, para ser realizada pelo voto secreto. Mas o que é preciso assinalar, e isso precisa ser dito e redito para não permitir equívocos, é que a revolução prometeu eleições limpas e honestas, por voto direto, por voto popular.

Esse foi o primeiro pronunciamento do Sr. Presidente Castello Branco sobre esse assunto, através do rádio e da televisão, anunciando à Nação que, ao fim do seu mandato, esperava passar o poder ao seu sucessor "legitimamente eleito pelo povo em eleições livres".

O Sr. Eurico Rezende — Sim, Exa., pelo povo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Esse foi o primeiro pronunciamento do Presidente Castello Branco.

O Sr. Eurico Rezende — Sim Exa., pelo povo. E porventura o Marechal Costa e Silva não foi eleito pelo povo?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Exa. vai aguardar, pois estou respondendo a seu aparte.

O Sr. Eurico Rezende — Não apartarei mais V. Exa.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Poderá apartar, no tempo próprio, eu o permito, com prazer. Agora, estou respondendo a V. Exa.

O que a revolução prometeu, ao contrário do que afirma o nobre Senador Eurico Rezende, foi eleição livre, moralizada, mas pelo voto popular. Eleição direta! Assim reiteradamente se pronunciaram todos os chefes da revolução. E até antes do Ato Constitucional nº 2. O voto popular é que sagrava, com o regime democrático, a legitimidade dos governadores.

Somente a partir daí é que as dúvidas foram suscitadas. Mas, ainda nesse instante, para dizer-se que era em razão do ambiente de perturbação dominante no País.

A fórmula da eleição indireta era de sentido transitório. Logo que cessasse o domínio propriamente revolucionário, a Nação seria também restituída à plenitude de sua soberania de decidir sobre a escolha de seus governantes. E, nesse sentido, pronunciamentos foram feitos, em caráter mais ou menos positivo, inclusive pelo Mal. Costa e Silva, hoje Presidente da República.

Em agosto de 1966, interrogado sobre o restabelecimento das eleições diretas, S. Exa. declarou que o prin-

tipo oposto havia sido instituído pelo Ato Institucional nº 2, e acrescentou:

"A este respeito, isto é, no que concerne às eleições posteriores à de 1966, o Congresso decidirá, na oportunidade em que o assunto vier a ser por ele considerado."

Houve mais. Em 1967, ou mais precisamente, em setembro de 1967, já, portanto, Presidente da República, na plenitude de suas funções, o Marechal Costa e Silva, em entrevista coletiva, respondeu:

"A mudança do sistema de eleição do Presidente da República desde da reforma constitucional. Não é pensamento do Governo tomar a iniciativa dessa reforma, mas o Congresso Nacional é livre e poderá fazê-lo, se prevalecer a opinião do partido oposicionista".

E' evidente a malícia do Chefe do Governo ao admitir o restabelecimento da eleição direta se prevalecer o pensamento do partido oposicionista. Não somos tão exigentes. Neste instante, apelamos ao Presidente da República para que ele assegure liberdade aos seus próprios correligionários, de maneira que seja prestigiada a comissão da Aliança Renovadora Nacional que procede ao estudo de revisão do programa e do estatuto do partido, e que acaba de aconselhar o restabelecimento da eleição direta. Oposição, atenda-se ao legítimo anseio de membros eminentes do próprio partido do Governo. Tanto mais legítimo, aliás, será convir nessa orientação, quanto é certo que o próprio Presidente Costa e Silva, em entrevista coletiva, em 5 de outubro de 1966, fez esta afirmativa categórica: "Pessoalmente eu desejaria a eleição direta".

Ora, se o Presidente da República de hoje aspirava concorrer à eleição direta, justo é admitir que concorra, agora, respeitando os sentimentos populares, para que a comunidade brasileira se restitua a liberdade de escolha.

Não se pede, portanto, ao Governo as forças civis e militares que o podem mais do que prometem a própria Revolução, por suas figuras mais respeitáveis. A reivindicação do processo de eleição, se é uma exigência de parcela ponderável da opinião do País contrária ao Governo, representa, também, uma postulação de muitos que não se encontram em ardida e consubstancia, em última análise, o cumprimento de uma palavra empenhada pela Revolução, inclusive através de seus chefes militares.

Bem se há de ver que a Nação não pode ser enganada, no reencontro do seu direito, por aqueles que lhe prometam, precisamente, a pureza do regime democrático. Essa reivindicação não é uma diretriz programática, os que caíram. Os que caíram não encontraram apoio necessário para permanecer no poder. De nenhum ramo se cuida. Nenhuma nação pode andar para trás, nem homens lúcidamente independentes reivindicam o restabelecimento de erros e desvios. O que os homens independentes e lúcidamente quem é que, em nome do combate ao passado, se restabelecem erros, erros, enganos, motivos de surra ao povo a soberania do seu direito.

As forças de oposição, as que se integram apenas no MDB como as de, muitas, formam, hoje, a Frente ampla, ao defender a eleição direta, não pedem ao Governo da Revolução que adote um princípio contrário às diretrizes da Revolução. Pedem ao governo da Revolução que seja fiel a ela e a si próprio. Tanto mais tranquilamente assim podem quando, a 10 de março, o Presidente Castello Branco declarou ao transmitir o cargo ao

Marechal Costa e Silva, que naquele dia se encerrava o processo revolucionário.

De outro lado, que o Presidente anterior, quer o atual, um e outro tem timbrado em elogiar o povo e os trabalhadores por seu espírito de compreensão. Por que se há de temer, portanto, o apelo às urnas populares para a escolha do Presidente e do Vice-Presidente da República? Fazê-lo seria a Revolução negar a si mesma, proclamando que não foi capaz, mais de três anos decorridos, de dar ao País tranquilidade, compreensão, paz, espírito de entendimento.

Não é isso, entretanto, o que tem dito os seus chefes, e se é verdade o que dizem, não têm por que negar ao povo, e às forças que em nome dele procuram falar, o restabelecimento do voto direto. Já agora o Governo há de acudir a esse apelo para atender à palavra cometida, sóbria, de entendimento e de colaboração de muitos dos seus próprios correligionários alguns dos quais ilustres representantes na Câmara e no Senado.

Sr. Presidente, quando se escreveu o "Manifesto Mineiro", em 1943, e que recebeu a assinatura de tantas figuras eminentes, muitas das quais, hoje, revolucionários ilustres ou membros do quadro revolucionário, como os Srs. Pedro Aleixo, Milton Campos, Afonso Arinos e outros alguns conselhos sábios foram consagrados para advertir o povo de dever de defesa de seus direitos. Entre os preceitos inscritos, aconselhou-se: "Não é de fraqueza renunciar e de tolerância céticas que a democracia precisa".

O que pedimos a quantos continuam fiéis, no quadro dos dois Partidos — e reconhecemos que são muitos — o que pedimos a uns e outros é que todos, em consonância com o exemplo do Manifesto Mineiro, compreendam e proclamem que não é de fraqueza renunciante nem de tolerância cética que a democracia precisa! (Muito bem! muito bem! Palmas.).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin, para uma breve comunicação, nos termos do art. 163, § 2º, do Regimento.

O SR. GUIDO MONDIN:

Sr. Presidente e Srs. Senadores, obediente ao Regimento serei, realmente, breve.

Há os que vieram sem oferenda. Traziam consigo apenas palavras e trejeitos de expectativa. Amaram-na depois. Outros vieram com tal carga de prevenção que o tempo não conseguiu até aqui dar-lhes outra sensação quer de meros visitantes, quando não de boêmios a gozar-lhe as noites luminosas em lições mais ou menos bocejantes.

Mas aqueles que não a reduziram a mera anfritrôia, aqueles que se integraram em contínuos rasgos de sensibilidade na obra conjunta e fascinante da consolidação, hoje estão em Brasília com a alma em festiva exuberância.

Não omitem um só detalhe da esplendente e inexorável marcha integradora.

Por isso não queria que passasse sem registro um fato que se me afigura auspicioso, que transcende, a rigor, do nosso singular localismo para uma projeção maior pois que envolve os próprios faustos da imprensa nacional.

O nosso "Correio Braziliense" inicia hoje uma nova etapa. E' ele agora entregue à nossa leitura em nova apresentação, composto em eiramento a frio e impresso em "off-set". Sei dos esforços empreendidos para que

o nosso jornal pudesse apresentar-se assim, com essa feição clara onde os clichês nitidos convidam a aparecer em suas colunas.

Não sei, confesso, se me lembraria de saudar o evento se aqui vivêssemos há muitos e muitos anos, porque manifestações assim têm odor, em casos outros, de promoção pessoal. Mas aqui o caso é diferente. O "Correio Braziliense" se fez paradigma na luta pioneira. No arrôjo do seu lançamento, relembrando a obra inextinguível de Hipólito José da Costa, enfrentou, contra os primeiros tempos, as horas depressivas, vindo tomar, ao seu lado, outros impulsos que não vingaram. Ele surgiu, entretanto, como o lago de Brasília, como uma alameda de flamboyants, como a torre majestosa, como o campus universitário na ação integrada dos componentes vivos da Capital as Esperanças Veio para viver e conviver entre a miséria e a opulência comunitárias. Veio para servir. Traçou-se um rumo definido, o de "ser" em meio a todas as dificuldades. Já o vemos com as páginas rubras da poeira de Brasília. Agora o vemos na imaculada apresentação das coisas que tomaram forma nesta cidade feita de inquietações e esperanças, de superações e de impactos. O "Correio Braziliense" é a voz de Brasília ecoando pelo Planalto, em busca de ressonâncias maiores. O "Correio Braziliense" é o símbolo estante, dos que acreditam em tudo, dos que divisaram os horizontes imensos onde nenhuma restrição obumbra as perspectivas.

Diz o jornal, hoje, ao apresentar-se a nós: "É um marco histórico em nossa vida de empresa jornalística, e para chegarmos a esse ponto, indispensável seria afirmar que temos contado em toda nossa curta história, que vem desde 21 de abril de 1960, com a total compreensão dos leitores da Capital e com o apoio irrestrito de suas classes produtoras. Sem essa compreensão e sem esse apoio não poderíamos oferecer um jornal que é sem dúvida, o que se apresenta com o melhor aspecto gráfico, atualmente, no Brasil."

Mas eu deixo de lado quaisquer apresentações. Saúde, neste evento, o órgão de imprensa em cujas páginas circula o sangue e a alma da comunidade a que serve, sistole e diástole que é da sua vitalidade e dos seus sonhos. (Muito bem. Muito bem. Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guimard
Flávio Brito
Moura Palha
Victorina Freire
Petrônio Portela
Paulo Sarasate
Wilson Gonçalves
Dinarte Mariz
Ruy Carneiro
Aarão Steinbruch
Marcello de Alencar
Gilberto Marinho
Milton Campos
Carvalho Pinto
Moura Andrade
José Feliciano
Pedro Ludovico
Bezerra Neto
Adolpho Franco
Mello Braga
Celso Ramos
Attilio Fontana

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência comunica haver recebido requerimento de informações do Sr. Senador Gilberto Marinho dirigido ao Sr. Ministro da Fazenda.

O requerimento, após despacho, será publicado no Diário do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a Mesa, requerimento de dispensa de publicação. Vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 875, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, regulando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da Redação Final do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1967 (nº 435-B, na Casa de origem), constante do Parecer número 712, de 1967, lido no Expediente.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1967. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em conclusão, passa-se imediatamente à discussão da Redação Final do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1967.

Em discussão a Redação Final. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

O projeto voltará à Câmara dos Deputados. Para acompanhar, naquela Casa do Congresso Nacional, a tramitação da emenda do Senado, designo o nobre Senador Bezerra Neto, Relator da matéria na Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a Mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 876, de 1967

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal

Requeiro, na forma regimental, prorrogação de licença para tratamento de saúde por mais setenta e cinco (75) dias.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1967. — Lobão da Silveira.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) O requerimento lido será oportunamente incluído em Ordem do Dia. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está terminado o período do Expediente

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1967 (nº 202-D-67, na Casa de origem), que dispõe sobre a inscrição, como Solicitador Acadêmico, na Ordem dos Advogados do Brasil e dispensa de estágio profissional e Exame de Ordem,

tendo Parecer Favorável, sob número 686, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

Há requerimento de adiamento, do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 877, de 1967

Nos termos dos arts. 212, letra 1 e 274, letra b, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1967 a fim de ser feita na sessão de 23 do corrente.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1967. — *Aloysio de Carvalho Filho*, Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Em consequência da deliberação do Plenário, o Projeto retornará à Ordem do Dia da sessão do dia 23 do corrente.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 309-B-67 na Casa de origem), que aprova o texto da Convenção sobre Consentimentos para Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamento, adotada pela Resolução 1.763 (XVII) da Assembleia Geral das Nações Unidas e aberto à assinatura a 10 de dezembro de 1962, tendo Pareceres sob ns. 670 e 671 de 1967 das Comissões de Constituição e Justiça, favorável, com substitutivo que oferece; de Relações Exteriores, favorável ao projeto.

Em discussão o projeto e o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

Em votação o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, o qual tem preferência sobre o projeto.

O Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado: Prejudicado o projeto. A matéria irá à Comissão de Redação, para redigir o vencido.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

"PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1967"

Autoriza o Presidente da República a fazer depositar junto ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas o instrumento de adesão do Brasil ao texto da Convenção adotado pela Resolução nº 1.763 (XVII) da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Art. 1º — Fica o Presidente da República autorizado a fazer depositar junto ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas o instrumento de adesão do Brasil à Convenção sobre Consentimento para Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamento, cujo texto, ora aprovado por este Decreto Legislativo, foi adotado pela Resolução nº 1.763 (XVII) da Assembleia-Geral das Nações Unidas e aberto à assinatura aos 10 de dezembro de 1962.

Art. 2º — O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário".

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, em 4 de outubro de 1967. — *Milton Campos*, Presidente — *Antônio Balbino*, Relator — *Bezerra Neto* — *Rui Palmeira* — *Carlos Lindenberg* — *Aloysio de Carvalho*.

É o seguinte o projeto prejudicado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1967

(Nº 309-B-67, na Casa de origem)

Aprova o texto da Convenção sobre Consentimento para Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamento, adotado pela Resolução nº 1.763 (XVII), da Assembleia-Geral das Nações Unidas, e aberto à assinatura aos 10 de dezembro de 1962.

Art. 1º — É aprovado o texto da Convenção sobre Consentimento para Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamento, adotado pela Resolução nº 1.763 (XVII), da Assembleia-Geral das Nações Unidas, e aberto à assinatura aos 10 de dezembro de 1962.

Art. 2º — O presente Decreto Legislativo entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 11-B-67 na Casa de origem), que aprova o Acórdão Cultural celebrado em Haia em 12 de outubro de 1966, entre o Brasil e os Países Baixos, tendo Pareceres favoráveis, sob os ns. 672 e 673, de 1967, das Comissões de Educação e Cultura e de Relações Exteriores.

Não havendo quem peça a palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado. Irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 40, DE 1967

(Nº 11-B-67, na Casa de origem)

Aprova o Acórdão Cultural celebrado em Haia, em 12 de outubro de 1966, entre o Brasil e os Países Baixos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º — É aprovado o Acórdão Cultural celebrado entre o Brasil e os Países Baixos, assinado em Haia, em 12 de outubro de 1966.

Art. 2º — Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Item 4.

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 20, de 1967, de autoria do Senhor Senador Paulo Sarasate, que modifica o artigo 1º da Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, e dá outras providências, tendo Parece-

res favoráveis, sob nºs 447, 448, 449 e 661, de 1967, das Comissões: de Constituição e Justiça, quanto à Constitucionalidade; de Serviço Público Civil; de Finanças e do Polígono das Sêcas.

A votação do Projeto, em seu primeiro turno, deu-se na sessão de 11 do corrente mês, tendo sido a matéria aprovada sem emendas.

Em discussão o Projeto, em seu segundo turno. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, para discussão, dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o Projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

O Projeto foi aprovado e irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 1967

Modifica o artigo 1º da Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º — Passam a ter a seguinte redação o artigo 1º e seu parágrafo único da Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, que transformou o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em autarquia e deu outras providências:

"Art. 1º — O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), vinculado ao Ministério do Interior, é constituído em entidade autárquica, com autonomia administrativa e técnica, regendo-se pelo disposto nesta Lei.

Parágrafo único — O DNOCS terá sede na cidade de Fortaleza e manterá escritório na Capital da República".

Art. 2º — Esta Lei, que será regulamentada dentro de 60 dias pelo Poder Executivo, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Item 5.

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1967, de autoria do Senhor Senador Rui Palmeira, que acrescenta parágrafo único ao artigo 107, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências, tendo Pareceres sob nºs 702 e 701, de 1967, das Comissões: de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e de Serviço Público Civil, pela aprovação.

Em discussão o Projeto, em seu primeiro turno. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, para discussão, dou-a como encerrada.

Em votação

Os Senhores Senadores que aprovam o Projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

O Projeto foi aprovado e voltará à Ordem-do-Dia, para o seguinte turno regimental.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 1967

Acrescenta parágrafo único do art. 107 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º — Fica acrescentado ao artigo 107 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único — São excluída da suspensão prevista neste artigo processos de readaptação de funcionários que, na data do presente decreto-lei, tenham sido aprovados pela Comissão de Classificação de Cargo e que, na forma da Lei, devam encaminhar-se ao Presidente da República."

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Esgotada matéria da Ordem do Dia:

Há, ainda, oradores inscritos.

O primeiro deles é o nobre Senador Marcello de ALENCA, a quem dou palavra.

O SR. MARCELLO DE ALENCA

Senhor Presidente, Senhores Senhores, não é sem razão nossa preocupação demonstrada em pronunciamentos anteriores, relativamente desentendimento entre o Governo e os jovens, entre o Governo e os estudantes brasileiros.

Pelo abundante noticiário dos jornais se ficou sabendo do problema existente no Colégio de Aplicação meu Estado, no Estado da Guanabara.

Venho, agora, dar o meu depoimento a respeito deste assunto. Chegando ao Rio, no sábado, fui, em primeiro lugar, procurado por um grupo de estudantes daquele Colégio, trouxeram a sua versão a respeito dos acontecimentos.

Posteriormente, recebi uma comissão de pais de alunos, pedindo também a minha colaboração e intervenção, no sentido de se encontrar uma solução para o problema que pela incompreensão da diretoria e daquele colégio, sem dúvida, o Colégio da Guanabara.

Particpei de um encontro com pais de alunos, quando, então, oportunidade de verificar que, realmente, a liderança dos jovens introduziu até nos lares.

Encontrei 70 pais compreensivos, pais correntes, preocupados, em entendimento com seus filhos, mas me relataram a incompreensão que se estabeleceu naquele colégio entre a sua direção e o corpo docente.

Já na segunda-feira, outra ocasião, pela manhã, de assistir o encontro de pais desses alunos com a diretoria desse educandário. A exposição feita por essa diretoria, assisti aos debates e pais de alunos e essa diretoria, resultando me deu a certeza de que com muito acerto, quando, distribuí, aqueles, para as autoridades governamentais no sentido de compreendessem entender os jovens.

Para que V. Exª e os Senhores Senadores tenham a compreensão ex

problema, vou relatar, em breves palavras, a ocorrência: Esse colégio, tem mais de 20 anos, é, realmente, um exemplo de boa didática, de pedagogia. Viveu, sempre, num clima de absoluta tranquilidade até o movimento de abril de 1964. A partir de então, nessa vontade de erradicar uma geração, nessa vontade de conter os impulsos dos jovens, o ensino da vida do colégio, como este o rendimento da vida nacional se alterou.

Alham, aqueles jovens, o seu grêmio onde discutiam, com inteligência, curiosidade, os problemas mais sérios, a ciência, a cultura, política, a, no grêmio, aqueles jovens entre 1 e 18 anos encontravam o desalento das suas ansiedades no desequilíbrio estabelecido entre eles.

O grêmio criou um órgão para a expressão daquelas idéias que dizem democraticamente e que veio a chamar *Jornal Forja*. Passou, então, a esse regime de conteúdo grêmio. As atividades extracurriculares tinham que ser submetidas ao "aprovo", ao beneplácito da direção do colégio, sempre a invocar a disciplina revolucionária.

O jornal passou a ser submetido, a pretexto de uma orientação, à censura. O que poderia a direção desse colégio esperar, como o natural dos jovens, o não de se submeter a essa contenção e essa censura.

Estabeleceu-se então uma crise na direção do Colégio e o corpo docente. O destempero dessa situação que, em má hora, foi escolhida a direção do Colégio de Aplicação, é colégio vinculado à Faculdade de Filosofia, está refletida nas próprias declarações e entrevistas prestadas aos jornais.

A fotografia que eu tenho às mãos dos Senhores Senadores, uma idéia dos problemas que essa era tem: de punhos cerrados, de convencer os estudantes de que o Colégio era para estudar que era possível, de forma alguma, tirar que os estudantes se dessem azeres do Grêmio e ali discorressem e discutissem sobre problemas que não os de ciências do curso normal.

Isa é a minha palavra é no sentido de apelo ao Senhor Ministro da Educação — a quem já tive a oportunidade de criticar pelo seu desentendimento das reais ansiedades dessa geração — para que tenha em suas próprias declarações dessa hora, prestadas em entrevistas ao *"Correio da Manhã"* do dia 14 de outubro de 1967, a fim de substituir o grave e importante mister de dirigir esse educandário.

Isa que se tenha uma idéia do que essa diretora está longe de dirigir jovens, basta a assertiva por ela de que houve um desajuste na escola "e que esse desajuste é insuportável, o que levou, tempos atrás, a alguém daqui a suicidar-se."

Isa é a um órgão da imprensa, o colégio que ela dirige, que o sustento dos jovens chegou ao ponto de gerar um suicídio. Além de invadir a informação dessa hora, porque, em verdade, o jovem não em circunstâncias dramáticas, mas não em função de um desajuste recolhido, causado no ensino do colégio. Veja V. Exa., o Presidente, a irresponsabilidade dessa educadora — entre aspas — pretende se afirmar e defender sua posição de diretora à custa da invocação de um fato tão grave e tão pouco nobreza lembrado.

Isa oportunidade que tive na companhia desses jovens, a oportuni-

dade que tive na conversa com os pais desses jovens e, ainda, a oportunidade que tive de escutar a explanação dessa diretora, me dão a certeza e me convencem da responsabilidade de, denunciando esse estado de coisas, no melhor colégio do meu Estado, pleitear, convencido que desta feita seremos ouvidos, que esta diretora do Colégio de Aplicação seja rápida e urgentemente substituída, porque ela própria vem a declarar que vive hoje sob os cuidados médicos, dormindo pouco, e o só o consegue mediante a ingestão de grandes doses de calmante.

Vejam V. Exas que tinha eu razão quando ressaltava a distância que existe entre o Governo e a nova geração, a incompreensão da sua ansiedade, da sua vontade de participação que é entendida, e mal entendida, como sendo o produto de uma ação que não resulta da vontade e do pensamento dos jovens mas sim de influências outras que querem condenar.

Nestas condições, Senhor Presidente, fica entre a denúncia e o meu apelo o desejo de que o Governo, pelo menos desta feita, possa salvar um educandário que é exemplo no meu Estado através da fórmula simples da substituição dessa diretora cuja qualificação de educadora está demonstrada pela sua ação nefasta na direção daquele órgão. *(Muito bem! Muito bem!)*

O SR. DESIRE GUARANI:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Senhor Senador Desire Guarani.

O SR. DISERE GUARANI:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, no dia 6 de outubro encerrou-se, no Rio de Janeiro, um Conclave sobre turismo, promovido pela EMBRATUR, que reuniu representantes de agências estaduais de turismo de todas as Unidades da Federação. Nesse conclave foram analisados e debatidos todos os aspectos que condicionam o estímulo ao turismo no Brasil e o Chefe da Delegação amazônica, Senhor José Joaquim Marinho, diligente Diretor-Geral do Departamento de Propaganda e Turismo do Amazonas, apresentou moção de sua iniciativa e que foi subscrita por todos os representantes dos Estados do Norte e Nordeste naquele conclave, na qual se pleiteia a revogação do disposto no artigo 25 do Decreto-lei nº 55, de 1936.

Esse Decreto-lei, Senhor Presidente e Senhores Senadores, estabeleceu que, entre os vários estímulos ao turismo, fica facultado às pessoas jurídicas a dedução de cinquenta por cento do Imposto de Renda para ser aplicado na construção de hotéis como estímulo ao turismo.

Em várias oportunidades, já apreciamos os efeitos negativos desse decreto-lei relativamente aos incentivos à Amazônia e do Nordeste, uma vez que é a mesma porcentagem que se tira da Amazônia e do Nordeste para dar a todo o País em qualquer região, em qualquer localidade, para a construção de hotéis. Apresentamos até projeto de lei, que tomou o nº 58, mas que talvez não seja bem sucedido por causa do crivo da constitucionalidade, em razão de a nova Constituição estabelecer restrições à apresentação de projetos de iniciativa de parlamentar que tratam de assunto financeiro. Mas, neste projeto proponho apenas a redução de porcentagem de cinquenta por cento e não a simples eliminação. O Congresso de Turismo promovido pela EMBRATUR foi além, e aprovou moção em que pede a revogação, pura e simples, do artigo 25, do decreto-lei nº 55 e propõe o estabelecimento de

nova fórmula par ao estímulo do turismo que não prejudique a Amazônia nem o Nordeste.

Esta moção, que é de iniciativa do representante do Amazonas, está subscrita por todos os representantes no Congresso de Turismo das regiões Norte e Nordeste:

"MOÇÃO — As delegações dos Estados e Territórios Federais, compreendidos na Região Amazônica e na Região Nordeste, infra-assinados, vêm manifestar a sua estranheza pela inserção do artigo 25, do Decreto Lei nº 55, que permite às pessoas jurídicas deduzirem até 50 % do imposto de renda devido para investimento no setor de turismo em qualquer ponto do território nacional.

Estranheza porque o mencionado dispositivo é contrário aos interesses da política econômica preconizada pelo Governo Federal em favor de ambas as Regiões, uma vez que provoca um violento impacto nos recursos que por lei lhes são destinados.

Estranheza porque a inserção desse dispositivo demonstra uma atitude dúbia de parte do Governo que, de um lado concede recursos em favor daquelas Regiões e, de outro, estabelece esquemas para supressão desses mesmos recursos.

Assim sendo, vem apresentar uma moção no sentido de que o mencionado dispositivo seja revogado e outros estímulos sejam preconizados ao turismo, coerentes com a política regional do Governo Federal, isto é, que não provoquem tratamentos diferenciados entre as Regiões."

Tendo em vista que o Congresso sobre turismo, promovido pela EMBRATUR, é um congresso de benção oficial — porque a EMBRATUR é órgão do Governo Federal — acreditamos que o Poder Executivo, especialmente pelo Ministério do Interior, tome a iniciativa de apresentar ao Congresso projeto de lei alterando ou revogando — conforme quer a moção — Artigo 25 do Decreto-Lei nº 55, em substituição ao nosso Projeto nº 58, que tramita nesta Casa sobre o assunto.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa um aparte?

O SR. DESIRE GUARANI — Com toda satisfação, nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Será uma pena se ocorrer porventura esse fato que V. Exa prevê, de a sua iniciativa não ter apoio da Comissão de Constituição e Justiça, eivada como estaria de inconstitucionalidade. A iniciativa a que V. Exa se refere, no sentido de fomentar cada vez mais turismo nas várias regiões, sem discriminações. Hoje, é a maior importância em todos os países do mundo, é o turismo uma das fontes de receita mais interessantes que está despertando o entusiasmo dos governos. Ainda agora, na recente viagem que fizemos à Europa, encontramos a Espanha, que era um país que estava meio na retaguarda nessa iniciativa de fomentar o turismo, assumindo uma posição *record*, tomando o primeiro lugar e se tornando, se não me engano, a potência que mais arrecadou dólares, em turismo, no ano passado. Chegou a cerca de um bilhão e trezentos milhões de dólares a receita decorrente dessa fonte de arrecadação, de modo que V. Exa tem toda a razão e merece o apoio de todos nós quando chama a atenção do governo para essa fonte que é inestimável e muito pouco explorada no Brasil.

O SR. IESIRE GUARANI — Com satisfação recebo o aparte do nobre Senador Argemiro de Figueiredo, homem de uma região interessada também, em que não sejam diminuídos os incentivos fiscais para o Nordeste.

Desejamos que o turismo seja, realmente, estimulado. Não somos contrários a que se incentive o turismo no país, mas o que não julgamos justo é que se faça esse estímulo ao turismo em detrimento das áreas subdesenvolvidas: a Amazônia e o Nordeste.

Entendemos que o Governo ou que as pessoas interessadas mais diretamente no sistema de estímulo ao turismo busquem novas fórmulas, tenham imaginação suficiente para descobrir estímulos diferentes e não copiar aquilo que os legisladores do Norte e do Nordeste buscaram e conseguiram para retirar do subdesenvolvimento e da miséria essas duas regiões que ainda permanecem desvinculadas econômica e culturalmente de toda a nacionalidade brasileira.

Que se estimule o turismo, que se busquem novas fórmulas, mas não se diminua e não se elimine, como o atual decreto-lei nº 55, pura e simplesmente incentivos fiscais, fazendo com que, em 1968, todos aqueles que, atualmente, empregam recursos em favor do Nordeste e da Amazônia façam essas aplicações no Sul do país em favor do turismo, beneficiando até empresas e organizações estrangeiras que para cá trazem apenas o nome, que construirão grandes hotéis, canalizando dentro grandes recursos e lucros para os seus países, com o estímulo fiscal retirado da Amazônia e do Nordeste.

Senhor Presidente e Senhores Senadores, o problema da Amazônia está como que envolvendo todas as camadas sociais da região. O entusiasmo pelo debate dos vários problemas da Região Amazônica vai contaminando novas classes, e se amplia cada vez mais.

Agora, temos toda a Igreja Católica pronunciando-se favoravelmente à política do desenvolvimento da Amazônia. Isto ficou ratificado no recente Encontro dos Prelados da Amazônia Ocidental, realizado em Manaus, de 4 a 9 do corrente, com a assistência de técnicos da SUDAM e da CODEMA, que é o órgão estadual do desenvolvimento.

Durante esses dias, em diálogo franco e aberto, os Prelados da Amazônia Ocidental definiram seus múltiplos papéis no processo do desenvolvimento da região e tentaram traçar as linhas de um melhor entrosamento e maior integração das atividades de todos os que desejam o progresso da Amazônia Ocidental.

Vai tão adiante a manifestação da Igreja Católica, que denomina a preocupação pelos problemas da Amazônia de *"Era amazônica"*. É a própria Igreja Católica, apesar de toda a sua tradição centenária naquela região, se dispõe — e o faz em documento assinado por todos os Bispos da Amazônia Ocidental — a rever todos os seus programas de trabalho, de todas as suas atividades e iniciativas, no sentido de melhor coordená-las, com o plano do Governo, em favor do desenvolvimento da Amazônia, convencida de que a Amazônia merece o apoio não apenas das autoridades governamentais, mas de todos quantos têm interesse no desenvolvimento de uma região que ainda permanece em difícil estágio de miséria.

Do relatório final são as seguintes manifestações, entre outras: (le)

"Neste sentido fazemos um apelo às autoridades federais e estaduais, para que prestiguem os investimentos em recursos humanos, jamais os incluindo em even-

tuais relações de corte, para que o homem não passe para o segundo plano".

Ainda declara o seguinte o manifestante dos prelados da Amazônia (16):

"Mas, não é somente aos dirigentes e técnicos que incumbem a grande tarefa nacional: cada cristão é um responsável pela grande causa. Nesse trabalho há um lugar marcado para a juventude, sedenta por afirmar-se e servir."

Este o ponto final do relatório, que deu ao meu discurso para publicação, tendo em vista a marcante atitude da Igreja católica ao participar do debate e das soluções dos problemas da Amazônia, dando sua colaboração de homens que vivem radicados no interior e que sentem diretamente a tragédia dos habitantes das fronteiras e dos altos rios.

São homens de origem, como dizem, ecumênica são americanos, canadenses, holandeses, italianos, que ali participam, pelo trabalho apostólico da Igreja no sentido de melhorar as condições de vida daquela gente.

Trazem a experiência de outros Continentes, e agora proclamam a necessidade de a Igreja rever toda a sua programação, todas as suas atividades para que o plano do Governo, de desenvolvimento da Amazônia, tenha êxito o mais breve possível, e em toda a sua plenitude.

E, nesta referência ao trabalho que cabe à juventude, "sedenta por afirmar-se e servir" na integração da Amazônia, desejo lembrar os vários cursos que a Universidade do Amazonas vem fazendo, em Manaus, no sentido de debater os problemas da região e estimular a curiosidade dos jovens, universitários ou não, no sentido de melhor estarem capacitados para compreender o problema e, em virtude disso, aconselharem ou apresentarem soluções para aquilo que constitui uma Nação como que à parte, na Pátria Brasileira, pela configuração geográfica, que ainda impede em virtude da técnica não ter solucionado os problemas, a sua perfeita integração à comunidade brasileira.

A Universidade do Amazonas vem realizando vários cursos sobre a Amazônia e seus problemas, os quais têm encontrado a maior receptividade junto aos jovens de ambos os sexos, que ocorrem a todos esses cursos na ânsia de encontrarem, como amazônenses, as soluções para os problemas que até agora não tinham equacionados em termos exatíveis.

O último desses cursos, denominado I Curso de Capacitação na Problemática da Amazônia, contou com a presença de 123 alunos, em sua quase totalidade jovens acadêmicos dos vários cursos superiores da Universidade do Amazonas, mas também de elementos já formados como médicos, advogados, engenheiros e jornalistas, todos eles interessados em melhor se capacitarem no estudo e na solução dos problemas que angustiam aquilo que a Igreja Católica denomina, agora, "a era amazônica" e que reclama solução o mais breve possível para que os habitantes do interior — do interior que vive mergulhado, ainda, em profunda miséria — conheçam melhores dias e tenham a possibilidade de participar dos progressos da ciência e do desenvolvimento de toda a Pátria Brasileira.

Para deixar registrado o que representa a vontade dos jovens amazônenses em participar, em buscar solução para esse problema, incorporei ao meu discurso a oração pronunciada pelo orador da turma do último I Curso de Capacitação da Problemática da Amazônia, Acadêmico Moacir Andrade, por ocasião da entrega dos

respectivos certificados, ocorrida no dia 13 último, em Manaus. É um discurso sábio e lúcido que representa a ânsia da juventude acadêmica em participar da discussão e da solução dos problemas daquilo que se convencionou chamar a problemática amazônica.

Particularmente posso discordar de algumas das conclusões desse documento, mas ele traduz aquilo que a juventude está capacitada a fazer, e o esforço em que se encontra no desenvolvimento dos estudos que interessam à Amazônia em geral, e aos Estados da Amazônia Ocidental, em particular. (Justo bem, Palmas).

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENHOR SENADOR DESIRE GUARANI EM SEU DISCURSO:

Encontro dos Participantes do Encontro dos Prelados da Amazônia Ocidental com Técnicos da SUDAM e CODEAM.

Bispos e Prelados da Amazônia Ocidental, técnicos da SUDAM e da CODEAM, escrivães reunidos em Manaus, de 4 a 9 do corrente, a convite do Secretariado Regional Norte II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, para debater a presença da Igreja no Desenvolvimento e Integração da Amazônia.

Este foi o nosso primeiro Encontro. Vivia em um instante de gravidade e de preocupações. Vivemos o início da "era amazônica". Os grandes apelos para o Desenvolvimento surgem de todos os cantos e encontram-se na busca de um ideal comum. A integração da Amazônia na vida nacional e na moderna economia desperta e corrige as preocupações federais, os esforços estaduais, os recursos particulares que aqui se encarnam e chega, até mesmo a movimentar a solidariedade internacional.

A Igreja sempre esteve presente ao nascimento e ao crescimento desta grande área nacional, quer em suas iniciativas oficiais, através de suas Dioceses e Prelazias, quer nas atividades e no trabalho de seus membros. Poderíamos lembrar o pioneirismo e o milagre dos resultados em desproporção com os recursos.

Agora, no entanto, a "era amazônica" nos estabelece num presente de circunstâncias muito definidas e nos projeta no futuro em compromisso com os destinos do país. Não deixamos de reconhecer o passado e não queremos desmerecer o pioneirismo. Este, entretanto, é um instante de unificação crescente da humanidade, de progresso provocado e controlado e das transformações rápidas e produtivas que nos chamam a um outro tipo de presença na América.

A posição da Igreja avança pelos rumos traçados pelo Concílio Ecumênico Vaticano II e pela Encíclica "Populorum Progressio". Mais particularmente para o Brasil, grande impulso tem nascido do "Plano de Pastoral de Conjunto" do Episcopado, que os Bispos da Amazônia Ocidental adaptaram à região e através do qual desejam promover a inserção do Povo de Deus, isto é, dos cristãos, na construção de uma ordem econômica e social conforme os desígnios de Deus. É necessário lembrar ainda as "Conclusões de A. del Plata" ou desde 1956 vieram dar novos rumos e impulso à presença ativa da Igreja no Desenvolvimento e na Integração da América Latina. Finalmente, o Episcopado Brasileiro muito recentemente definiu "Nossas responsabilidades em face da 'Populorum Progressio' e das 'Conclusões de A. del Plata'". Assim, de tanto estímulo e inspiração, nasceu este primeiro encontro.

Podemos dizer que preencheu inteiramente seus objetivos. O clima em

que se realizou foi de trabalho intenso e de seriedade, de abertura e de confiança. Estabeleceu-se um diálogo de bem comum que não poderá estacionar. Pescaram-se e mediram-se os aspectos humanos, os aspectos técnicos, culturais e religiosos capazes de estabelecer, não apenas uma política de ação mas também um entrosamento eficaz dos Planos e a criação de uma verdadeira mística do Desenvolvimento.

Confrontaram-se os planos da SUDAM, da CODEAM e da CNBB. O isolamento e a ignorância mútua começaram a ser vencidos. A Igreja apesar de sua longa tradição na Amazônia mostrou-se disposta a rever seu estilo de trabalho, suas obras e atividades. Os organismos oficiais, por seu turno sentiram vivamente a necessidade de levar em consideração todas as forças vivas que atuam na Região. Assim as lacunas e hiatos existentes até aqui, nesta primeira fase, já poderão ser supridos pelo processo de planejamento que nos levará a todas as rever continuamente nossos objetivos, nossas técnicas e aplicação de recursos humanos, naturais e financeiros, tendo em vista estabelecer prioridades e alcançar a grande meta que é desenvolver e integrar nossa região, para que o homem que nela vive possa ver seu nível de vida sempre melhorado e a sua pessoa mais valorizada.

Cremos indispensável reafirmar aqui nossa posição frente ao processo do Desenvolvimento. Ele não se identifica com o processo puramente econômico de bens. Para ser autêntico deve ser integral, harmônico, indivisível e universal. Como lembra a "Populorum Progressio" deve "promover todos os homens e o homem todo" ("Populorum Progressio" nº 14). Reconhecendo a autonomia dos poderes temporais e respeitando suas justas iniciativas, a Igreja não se considera alheia ao processo de Desenvolvimento. Entendendo suas atividades nos planos oficiais, ela reconhece o papel de ambos inclusive aquela noção de superioridade que marca suas obras institucionais. Contudo, o processo do Desenvolvimento, como "Sinal dos tempos" e como realidade humana, encarna a presença constante e apropriada da Igreja na sua ação espiritual, eclesial e em favor da união. Em sua missão, ela quer ser como que "a alma" de toda esta realidade, projetada no plano do verdadeiro amor e na realização da caridade de Cristo.

No ponto de vista técnico, reafirmamos que o Desenvolvimento, deve levar em consideração o homem — sujeito a certo certo processo — em todas as suas dimensões e em toda a sua vida de, enquanto os fatores da ordem temporal permitam alcançá-lo. Os aspectos democráticos sociais e culturais deverão determinar, por sua parte os investimentos econômicos e não serem simplesmente e magados pelo seu peso. A participação dos povos e das comunidades são indispensáveis para que o homem cresça. Neste sentido fazemos um apelo às autoridades federais e estaduais para que prestem os necessários em termos humanos, físicos e incluindo em uma ampla relação de corte, para que o homem não passe para o segundo plano.

A tomada de consciência da "era amazônica" e a necessária mística do Desenvolvimento e Integração da região convocam-nos unanimemente para a tarefa. Se a Amazônia é um desafio, nós o aceitamos, considerando-nos, como brasileiros conscientes, plenamente capacitados para resolvê-lo. Mas, não é somente aos dirigentes e técnicos que incumbem a grande tarefa nacional: cada cristão é um responsável pela grande causa. Nesse

trabalho há um lugar marcado para a juventude, sedenta por afirmar-se e servir.

Diante de metas tão urgentes, grandiosas e de responsabilidade tão pesadas, a união em favor de uma histórica bem comum começa a ser um fato. Porque como insiste Paul VI: "O Desenvolvimento é o nome da Paz. O crescimento econômico é como que um resumo dos 'bons valores'". Paulo VI — "Populorum Progressio" — nº 76 e 16).

A) Medidas Gerais

1. Reestruturar o "Serviço Técnico dos Prelados da Amazônia" transformando-o em órgão de planejamento e de encaminhamento do curso de desenvolvimento da região comandado pela SUDAM.

2. No Encontro dos Prelados da Pará e Amapá em novembro apresentar o nome de Dom Angelo Divo como candidato ao posto de Diretor da Seção de Planejamento do Serviço Técnico dos Prelados da Amazônia.

3. Solicitar do Secretário Nacional de Atividade Pastoral que comunique esta nomeação, se aprovado pelos Prelados do Secretariado Regional Norte II à SUDAM indicando que isso corresponde a uma expressão pelo Superintendente da SUDAM durante nosso Encontro.

4. Apoiar integralmente o trabalho da SUDAM na orientação e aproveitamento de todas as forças vivas da Região dispostas a colaborar no processo de desenvolvimento da Amazônia.

5. Apoiar decisivamente o trabalho da Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas e da CODEAM em planejar e coordenar o programa interativo do Amazonas, integrando nossas forças e recursos sob o seu comando.

6. Elaborar os projetos de atividades no setor de Educação e Saúde das Prelazias com a assistência da CODEAM antes de serem submetidos à SUDAM.

7. Nos casos do Estado do Amazonas, Territórios de Rondônia e Roraima os Bispos locais desativarem as atividades em harmonia com autoridades e os planos locais.

B) Setor Saúde

8. As Prelazias colaborar e dialogar com a Secretaria de Estado de Saúde os recursos materiais e humanos de que dispõem e que possam contribuir ao programa oficial de Saúde da Secretaria.

9. Enviar cópias destes planos oficiais à Secretaria de Saúde e à Comissão de Saúde do Conselho Nacional de Saúde para que sejam encaminhados ao Conselho de Saúde para serem analisados e orientados os Conselhos.

C) Setor Educação

10. Orientar a Comissão Nacional de Educação do Estado do Amazonas e do Conselho Regional Norte I da CNBB.

11. Colocar à disposição do Conselho de Educação, informações e dados sobre as atividades educacionais dos Prelados indicando as necessidades de trabalho e planejar as medidas que não estão sendo plenamente aprovadas.

12. Colaborar com a Secretaria de Educação em definir problemas educacionais e planejar as suas soluções.

13. Dar seu apoio à reestruturação dos Conselhos Municipais de Educação e que sejam ouvidos na nomeação dos professores distritais.

14. Cooperar, assessorado pelo Ministério de Educação de Base

planejamento de programas rádio-educativos para a região.

15. Unir esforços com a Secretaria de Educação do Amazonas e com a SUDAM planejando do Presidente da República e do seu Ministério de Planejamento a devida prioridade à educação para que o homem da Amazônia Ocidental tome papel ativo no seu próprio desenvolvimento.

D) Especial

16. Convidar as outras Instituições os homens de boa vontade sobretudo os homens públicos, a se integrar neste esforço comum pelo desenvolvimento da região.

MANIFESTO

Os Bispos da Amazônia Ocidental, reunidos em Manaus de 4 a 9 de outubro, com a finalidade específica de entrosar as atividades da Igreja e do processo de desenvolvimento da região:

— reconhecendo o interesse do Governo Federal para a real integração a vida nacional com a "Operação Amazônia";

— considerando vital o papel que desempenha a Superintendência do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) na referida Operação;

— tomando o presente manifesto ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa Silva.

Senhor Presidente:

Nós, Bispos abaixo assinados, por muitos anos batalhadores solidários e promotores desta imensa região, ao nos solidarizarmos com Vossa Excelência na "Operação Amazônia" e ao nos declararmos dispostos a rever até mesmo os nossos programas para uma integração total de esforços, sentimos necessidade, de publicamente, exortando o organismo regional de desenvolvimento (SUDAM), solicitando empenho decidido de Vossa Excelência na concretização efetiva dos objetivos daquela instituição.

Para nós, a palavra do Papa é uma lei: "O desenvolvimento é o reino dos nossos deveres" ("Populum Progressio") e a SUDAM, a nós, é um órgão merecedor de nossa confiança e de nosso apoio.

Manaus, 9 de outubro de 1967. — Dom João de Souza Lima, Arcebispo de Manaus. — Dom Servílio Conti, Prelado de Roraima. — Dom Miguel D'Aversa, Bispo Prelado de Humaitá. — Dom Joaquim de Lange, Bispo Prelado de Tefé. — Dom Adalberto Marsi, Prelado do Alto Solimões. — Dom Giocondo Grotti, Bispo Prelado de Acre e Purus. — Dom Roberto Anglim, Bispo Prelado de Coari. — Dom Henrique Rueth, Bispo Prelado do Alto Juruá. — Dom Miguel Allagna, Bispo Prelado do Rio Negro. — Dom Arcangelo Cerqua, Bispo Prelado de Parintins. — Dom João Batista Costa, Bispo Prelado de Pôrto Velho.

MANIFESTO

Nós, Bispos do Amazonas, em maravilhosa reunião de 4 a 9 do corrente Marombá (Manaus), saindo de um cansado e penoso isolamento, ou, pelo menos, o claro pronunciamento dos Excelentíssimos Secretários de Educação e Saúde, constatada a real boa vontade dos órgãos de desenvolvimento, sobretudo tendo tomado visão do 10.º Quinquenal do Governo do Estado do Amazonas, que está sendo elaborado sob a Coordenação da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Amazonas (CODEMA) resolvemos lançar o presente manifesto dirigido especialmente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, doutor João Diarte de Mattos Areosa.

Senhor Governador:

Nós, Bispos do Amazonas, abaixo assinados, louvando os objetivos e os

esforços de Vossa Excelência em querer imprimir à sua Administração voltada ao homem do interior, o máximo de ordem e de impulso, dispostos a nos integrar neste esforço planejado para o desenvolvimento do Estado, dispostos inclusive a rever os nossos esquemas e os nossos planos locais em favor de um plano de mais amplo respiro, sentimos a necessidade de expressar publicamente nosso apoio decidido ao trabalho que está sendo desenvolvido pelo órgão de desenvolvimento estadual e solicitar de Vossa Excelência o progressivo fortalecimento dessa oportuna instituição tão prestigiada por Vossa Excelência e que todo amazonense a nosso ver, deveria prestigiar.

Representantes da Igreja, cremos na palavra do Papa: "Desenvolvimento é o novo nome da Paz" (Populum Progressio). Logo não haverá paz onde houver subdesenvolvimento e desenvolvimento é possível somente na ordem e na integração que a CODEMA bem pode chefiar em nosso Estado.

Manaus, 9 de outubro de 1967. — Dom João de Souza Lima, Arcebispo de Manaus. — Dom Servílio Conti, Prelado de Roraima. — Dom Miguel D'Aversa, Bispo Prelado de Humaitá. — Dom Joaquim de Lange, Bispo Prelado de Tefé. — Dom Adalberto Marsi, Prelado do Alto Solimões. — Dom Giocondo Grotti, Bispo Prelado de Acre e Purus. — Dom Roberto Anglim, Bispo Prelado de Coari. — Dom Henrique Rueth, Bispo Prelado do Alto Juruá. — Dom Miguel Allagna, Bispo Prelado do Rio Negro. — Dom Arcangelo Cerqua, Bispo Prelado de Parintins. — Dom João Batista Costa, Bispo Prelado de Pôrto Velho.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MOACIR ANDRADE, COMO ORADOR OFICIAL DA TURMA DO I CURSO DE CAPACITAÇÃO NA PROBLEMATICA DA AMAZONIA, EM 13.10.67, EM MANAUS

Meus queridos irmãos do Amazonas, Louvado seja Deus, mas louvados sejam também os homens de boa vontade, que se levantam como gigantes movidos pelo grande interesse de servir os seus irmãos a se erguem desse marasmo que dura até os nossos dias. Entretanto, meus irmãos do Amazonas, todos os nossos esforços serão nulos se não houver uma efetiva atenção do Governo Central para resolver os nossos problemas que é problema Nacional.

E como nós do Amazonas devíamos agir para que os poderes centrais ao governo canalizem para as condições para que esta grande parte do território Nacional se liberte dessa miséria a que até hoje estamos imersos. É necessário que eu repita aqui entre nós e em todas as ocasiões oportunas as palavras que o nosso querido irmão o prof. Edson Rosas proferiu numa aula de sociologia da Faculdade de Ciências Econômicas. "Não se pode sentir e muito menos equacionar os nossos problemas se não os pesquisarmos, se não os estudarmos". Esse é o grande esforço inicial.

Cabe a cada um de nós, que vivemos aqui e sofremos todos os problemas da nossa ecologia, imarmos-nos e numa só voz gritar-mos aos nossos irmãos do Sul, que o Brasil precisa se unificar, e essa unificação consiste não em nos mandar migalhas, não em colocar as nossas reivindicações em 4º ou última prioridade, como se as nossas reivindicações não fossem de interesse nacional, mas unificar as forças vivas do Brasil num grande mutirão que certamente redundará num surto de desenvolvimento.

Nós, que somos a população do Amazonas, nos constituímos apenas

sentinelas vivas deste setentrão brasileiro, porque além da nossa permanência aqui, como guardiões indomados da unidade Nacional, nada podemos fazer porque a área é enorme e espalhar até dez ou mais vezes a nossa população por toda a área, não constitui ainda uma solução demográfica. Entretanto, como disse o nosso irmão D. Helder Câmara, é preciso pesquisar e gritar bem alto os resultados dessas pesquisas, para que o Brasil tome conhecimento e nos ajude, para que a Amazônia seja nossa e preciso plantar o marco do nosso trabalho através da promoção desenvolvimentista, pois só palavras o vento leva.

Numa das sessões da 1ª Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, assistiu um prelado dizer que vários médicos estrangeiros querem vir servir no interior da Amazônia, entretanto várias dificuldades de ordens legais e diplomáticas dificultam a vinda desses homens para a Amazônia interior. Os nossos médicos não vão porque, é lógico e humano, os vencimentos que lhe são oferecidos não lhes satisfazem e nós sabemos como se encontra o Estado e o Governo se batendo com essa nova reforma tributária. Enquanto isso, nós debatemos para a solução desses problemas o nosso irmão ao longo das fronteiras, marco vivo da Pátria, digo marco vivo porque só sabemos que lá é Brasil porque ele saúde "Adeus meu irmão" e esta é uma expressão bem brasileira. Este nome, meus irmãos aqui presentes, é diminuído por várias doenças. Uma é talvez ignorado, grande soufência que canta rouquenha nos estômago vazios do Norte e Nordeste brasileiro: a FOME! irmã gêmea da pobreza Saudade permanente. Outra é a grande coexistência pacífica dos vermes que alojamos em cadeiras cativas dos intestinos vazios, se aliarmos a esta luta anti-brasilera. Outra é a Malária, que mata o nativo e apavora os que porventura se atrevem a permanecer no interior da Amazônia.

Ora bem, meus companheiros, isto tudo que eu disse aqui não são minhas palavras, já ouvi tanto que aprendi por aquele processo, que chamamos de aprendizagem involuntária. Nós todos já sabemos e sentimos de sobra esses problemas, o que queremos saber é como solucioná-los. Para isso aqui estamos, nesse 1º Curso de Capacitação, na Problemática da Amazônia. O que é capacitação na Problemática da Amazônia? O nome está dizendo. É estar capacitado para conhecer e dar soluções aos problemas da Amazônia e isto só se pode fazer através de estudos e pesquisas sérias e objetivas.

Quando falamos em economia, lembramos a Borracha. Quando falamos em desenvolvimento, lembramos a Borracha. Quando falamos em saúde, lá vem a Borracha. Em Educação, a mesma borracha. Eu acho que é essa a razão da nossa miséria se esticar tanto.

Eu creio que nós estamos sendo por demais saudosistas. Vocês já pensaram, por exemplo se um tenista campeão perde a mão que segura a raquete e fosse ficar a vida inteira blasfemando em torno do problema em vez de procurar outra solução? Pois é isso que devemos fazer. Nós seguramos por mais de cem anos o monopólio dessa famigerada, mas tão simplesmente porque a única parte do mundo que tinha a borracha era o Amazonas, razão porque ela recebeu o nome científico e pomposo de "hevea brasiliensis". Agora devemos chamar "Teminus Pacienti".

Como nós sabemos ela era monopólio líquido e certo, somente nós produzíamos para o mundo inteiro, e apesar disso dezenas de milhões de árvores permaneciam sem serem cor-

tadas. Entretanto, enquanto os nossos carenciosos escreviam dramas na história dos nossos seringais, o mundo do plantava racional e cientificamente as sementes levadas daqui do Amazonas.

Um belo dia o Oriente aparecia com uma produção de 75.000 toneladas produzidas racionalmente. Foi o começo do fim, o resto nós sabemos.

A juta começou ontem, entretanto graças ao grande concorrente, o parece mais efêmera do que a "hevea", graças ao grande concorrente o papel. Agora vejamos só meus amigos, a nossa grande luta pelos nossos três principais produtos. O terceiro, a borracha, o segundo, a juta.

O primeiro, que nós temos que considerar o mais importante são todos os aspectos, é a produção de menino. É muito fácil se plantar menino, mas quando o bichinho nasce é mesmo que tartaruga quando sai do ovo, aparece o jacaré, a piranha, o gavião, e outros fatores dizimadores. Só que a grande dizimadora de menino da Amazônia é a fome!

E nós sabemos que a fome a que me refiro é a fome do chibê.

Quantas e quantas vezes eu escuto, chorando lágrimas de sangue alguém dizer: "Ah! O caboclo do Amazonas é forte. Rema dias e dias e só se alimenta com uma cula de chibê. "E eu digo: Sim, somos fortes não por resistirmos a um chibê de farinha mas, por resistirmos à cobra estrangeira na esperança do grande mutirão de brasileiros que num vigoroso ombro a ombro, plantarão no coração amazônico o grande pólo que irradiará não só para o Amazonas, não só para o Brasil, mas para o mundo essa frase que já estamos acostumados a ouvir: "A Amazônia é nossa porque a fizemos". Antigamente as comunidades, isto é, os povos, eram totalmente isolados um dos outros, razão porque cada qual tem os seus costumes, línguas, hábitos, arte vestuário, comidas, folclores e tradições diferentes e próprios. Entretanto hoje, as várias fontes de difusão, o rádio, a televisão, os jornais, revistas e outros meios de comunicações de massas nos põem a par de tudo que acontece no mundo.

Até entre povos primitivos desde que tenham rádio, eles adquirem certos conhecimentos bem atuais.

Uma lição maravilhosa que nos deu o povo judeu foi a de transformar um pedaço de terra árida do deserto, num verdadeiro e maravilhoso oásis fruto de trabalho organizado. Outro exemplo foi a retirada das obras de Arte da Assuá, verdadeiro milagre de conjugação de esforços humanos.

E nós brasileiros porque não fazemos o mesmo? Já que a borracha e a juta estão perdendo lugar no mercado internacional, vamos cuidar de outra coisa que nos traga resultados positivos e permanentes.

Voltemos os nossos olhos para a agricultura, a pecuária. Esses produtos jamais cairão em qualquer mercado, porque em qualquer mercado o que fala alto mesmo é o estômago. Vocês observaram que a castanha sempre tem o seu lugarzinho garantido? É porque ela se chama comida! meus irmãos... Se em toda acailha do Rio Solimões o gado morre de fome nas enchentes, em vez das marombas ineficientes, antieconômicas e precárias, levantemos o nível do terreno através de um imenso aterro, isto é, uma solução. Há milhões os chineses construíram centenas de quilômetros de muralhas, que até hoje dão lições de unidade nacional.

E nós brasileiros devemos fazer o mesmo, concientizando as massas, criando técnicos, pesquisando e planejando. Sem isso nós continuaremos a sofrer a dura realidade de assistir o despoimento do nosso interior, provocado pela mortandade infantil e pelo êxodo para a capital. O Brasil para manter a Amazônia brasileira, tem que fixar o nativo, e para fixá-lo tem que assistir-lhe, dando-lhes o ensino da língua nacional, a saúde e o trabalho.

Quando o homem se sentir seguro nesta terra, e as chaminés uejarem as nuvens com o seu hálito quente os patos se encherão de gado gordo, então neste dia não mais ouviremos o coro macabro de estômagos vazios, não mais o espetáculo triste e vergonhoso de aterra de crianças, mas o sorriso permanente de felicidade do homem, porque a nação não é simplesmente a terra, mas o povo!

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador Pedro Ludovico, por cessar o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. PEDRO LUDOVICO:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, volta ao cartaz o caso das eleições diretas e indiretas. Elementos da ARENA, deputados e Senadores estão mostrando a necessidade das primeiras, também para Presidente da República.

Assim pensando, contrariam o Marechal Costa e Silva, que várias vezes se tem manifestado a respeito, não permitindo que se modifique a Constituição nessa particularidade.

No entanto, o povo e grande parte dos políticos desejam que os sufrágios eleitorais sejam mais democráticos e não exercidos por poucos votantes, isto é, pelos representantes estaduais ou federais. As eleições indiretas constituirão sempre uma causa de descontentamento do afastamento do povo em relação a qualquer governo.

Acham as coletividades de todos os Estados que esse seu direito está sendo postergado, abolido não pela força do direito, mas pelo direito da força. Os homens e mulheres que gozam dessa prerrogativa se sentem humilhados, ofendidos, parecendo-lhes um ato de prepotência, de escamoteamento a que se pratica em nosso país, principalmente quando experimentam, como se verifica, as maiores dificuldades para viver mesmo modestamente.

Os funcionários estaduais, municipais e, também, os federais sofrem atualmente grandes privações, pois que os seus vencimentos, os seus salários já não podem enfrentar o alto custo da vida, que, em vez de se equilibrar ou diminuir, cada vez mais cresce.

Ninguém ignora que o governo Costa e Silva encontrou uma situação financeira e econômica muito grave, para não dizer calamitosa. Acontece, porém, que alguns meses se passaram desde a sua posse e até agora não pôde conter essa carestia, que tanto aflige as nossas populações, que já se tornam incrédulas em qualquer melhoria.

Tudo isso são pontos de atrito, de malquerença, de má vontade contra os responsáveis pela vida nacional.

Há mesmo uma indisposição contra os militares, que são tidos como os causadores desse distúrbio de reflexo social e político.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. PEDRO LUDOVICO — Com prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Ex.ª, no início do seu discurso, referiu-se a necessidade de volta ao regime das eleições diretas, para Presidente e Vice-Presidente da República. Neste sentido já me tenho pronunciado expressamente, quer em discursos, quer através de apertes. Não estava aqui no momento em que se pronunciou no mesmo sentido o eminente Senador Josaphat Marinho, e, nesta oportunidade, agradeço a referência por S. Ex.ª feita a um dos meus discursos.

V. Ex.ª tem toda razão, e tem minha modesta solidariedade às brilhantes palavras que está pronunciando.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Grande solidariedade.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Obrigação a V. Ex.ª. Não se pode falar em democracia com eleições indiretas. Democracia é povo, é liberdade, é manifestação livre da vontade popular. V. Ex.ª há de compreender que o regime de eleição indireta do Supremo Magistrado da Nação, significa, para a vida política deste País, coisa da maior gravidade. Imagine-se como conciliar democracia com eleição indireta? A eleição indireta vai dar lugar à criação de um colégio permanente para eleição do Supremo Magistrado da Nação, daí resultando uma oligarquia que se instala, seja de caráter civil, seja de caráter militar, em que só um eleitorado restrito, um grupo de eleitores, pouco numerosos é que pode tomar parte na escolha do Supremo Magistrado da Nação. Isto não é democracia, nobre Senador Pedro Ludovico. Isto é, no mínimo, uma aristocracia — a escolha de um homem determinado, por um grupo social, um grupo ou facção da sociedade para o exercício de tão grave missão.

Se isto continuar ocorrendo não poderemos dizer a nenhuma Nação culta, que estamos praticando Democracia neste País. Já anunciei aqui que o Sr. Presidente da República vai bem encaminhado, tão interessado está no desenvolvimento da economia nacional, ponto cardinal para expansão de nossas forças econômicas de não fazer a reforma da Constituição, neste sentido, é injustificável, não só porque a Revolução assumiu este compromisso com o povo, como porque não teremos condições para vencer qualquer nação do mundo de que se pratica, neste País, a Democracia. Estamos no regime de aristocracia. Um grupo de eleitores selecionados, com maioria governamental permanente — o que é natural em todos os Governos — elegendo candidatos de sua vontade e não candidatos que exprimam a vontade popular, a vontade soberana do povo.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Muito obrigado. O aparte de V. Ex.ª é profundamente verdadeiro. A eleição indireta não representa absolutamente a vontade popular. O Governo, como não se ignora faz pressão sobre Deputados e Senadores. Para uma verdadeira redemocratização, necessário é que o povo fale, que o povo vá às urnas.

O Sr. Marcello de Alencar — Permite V. Ex.ª um aparte?

(Assentimento do orador) — Na realidade, de V. Ex.ª não se poderia esperar afirmação outra que não fosse de independência e de nobreza.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Obrigado a V. Ex.ª.

O Sr. Marcello de Alencar — Portanto, associe-me ao aparte do Senador Argemiro de Figueiredo, lembrando

do a V. Ex.ª, que a instruir o pronunciamento que faz neste momento, poderíamos trazer o argumento premissário de 1932, impressionante pelo seu regulado e muito recente na memória de todos os verdadeiros democratas. V. Ex.ª fez bem em associar a sua fala, em favor das eleições diretas, às crises que se anunciam e que são potenciais. Deveria o Governador deste País aderir à tese das eleições diretas que, quem sabe, não será o melhor caminho para a saída das crises que se anunciam, com graves temores para a nacionalidade?

O SR. PEDRO LUDOVICO — Vossa Excelência tem toda razão. Adiante, no meu discurso, verá que apoio incondicionalmente seu ponto de vista, sua ideia.

O Sr. Desiré Guarani — A fórmula da eleição indireta, em vigor no Brasil, não pode ser defendida na base dos exemplos existentes nos outros países, de vez que a essa fórmula não é progresso mas é adotação em detrimento da democracia, uma vez que a eleição indireta se processa antes das eleições diretas no país. Estabelece-se aquela ganhoira em que o Executivo pressiona para que os Deputados consigam as suas eleições e os parlamentares, que se candidatam à reeleição, proclamam aos eleitores, sobretudo no interior, que não adianta votar na oposição que o Presidente da República já está escolhido. O povo, se quiser ser atendido, terá que votar nos candidatos do partido do Presidente já escolhido ou eleito. Esta é uma forma de pressão do Executivo, pressão crescente, em que o povo perde oportunidade de opção, uma vez que existe um fato consumado; representantes já escolheram o Presidente e esse exige que vote em seus representantes. E o povo, querendo os seus problemas atendidos sente dificuldade em escolher representantes que o defendam.

O SR. PEDRO LUDOVICO — O nobre Senador Desiré Guarani está cheio de razão. Quando a ordem vem para o Senado ou para a Câmara dos Deputados, ela já chega com a imposição de ser aprovada.

(Retomando a leitura)

Nunca os oficiais das forças armadas tiveram uma interferência tão positiva, tão escandalosa nos quadros políticos brasileiros, como depois da Revolução de 31 de março.

A intervenção deles tem sido frequente na escolha de candidatos a qualquer posto eletivo, na eleição dos mesmos, na cassação de direitos, no impedimento de governadores, de prefeitos e até de vereadores.

Assim, constantemente se ouve dizer que estamos sob um regime militarista, estando funcionando o just imperium.

Muita gente está inteiramente desiludida com as atividades políticas e igualmente convicto que esse estado de coisas poderá se prolongar por muito tempo.

É razoável que dessa forma penssem, vez que ainda não houve ato de generosidade, não de efeitos pessoais, porém, de ordem coletiva, patriótica, um ato de confraternização com os adversários, de esquecimento do passado para bem do Brasil, evitando males futuros.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. PEDRO LUDOVICO — Pois não. Aliás recebo sempre com muito prazer os apertes de V. Ex.ª. Vossa Excelência já teve atitudes tão nobres nesta Casa, que afetaram a minha sensibilidade.

O Sr. Eurico Rezende — Muito obrigado. Mas, para que o Brasil não fique em termos de economia doméstica do MDB, é interessante que a ARENA também interesse na discussão do debate de V. Ex.ª. V. Ex.ª disse aí que os militares vieram uma condução não elétrica, cirúrgica, nos primeiros tempos da revolução.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Ainda tem?

O Sr. Eurico Rezende — É uma característica das revoluções. Houve realmente, a participação de militares no sentido do sentido de nacionalismo do Movimento de 31 de março. Mas V. Ex.ª deve reconhecer que os militares empenharam-se — e nisso foram prestigiados pelo Presidente Castello Branco — para que o Brasil voltasse, rapidamente, ao regime democrático. Diz V. Ex.ª que os militares continuam intervindo. A intervenção que vejo é, apenas, no interesse da segurança nacional. E este é o ofício dos militares. Se eles não praticassem atividades defendendo a segurança nacional, estariam ganhando da Nação sem trabalhar e aí então justificar-se-ia a crítica de V. Ex.ª. Em segundo lugar, V. Ex.ª disse que o Presidente Castello Branco levou Presidente Costa e Silva uma situação calamitosa, em termos econômicos financeiros.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Vou me referir ao Presidente Castello Branco. Disse situação econômica financeira grave. Que o Marechal Costa e Silva recebeu, de fato, uma situação, para não dizer grave, calamitosa.

O Sr. Eurico Rezende — Não calamitosa e não foi grave. Quando eclodiu o Movimento de 31 de março no campanário da inflação, o Brasil estava apenas, para a Índia, tinhamos 98% de taxa de inflação a Índia tinha 100 por cento. Aquilo que era situação calamitosa.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Ainda continua.

O Sr. Eurico Rezende — Não, Excelência. Hoje, o índice de inflação não é mais 30%. Repito a V. Ex.ª, hoje o índice de inflação não é mais 30%.

O Sr. Josaphat Marinho — Mas índices de miséria não melhorou.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.ª consulte os dados insuspeitos do Fundação Getúlio Vargas: a situação do país vai melhorando gradativamente. Quanto a resposta, invocando a possível miséria do povo, ali contrabalaçada pelo eminente Senador Josaphat Marinho, (risos) devo dizer que a política salarial do Governo é certa. V. Ex.ª sabe que aumentamos os meios de pagamento aumentamos via de consequência, a taxa inflação. O que o Governo deseja é dar maior poder aquisitivo ao povo através de salários. Quer dar maior poder aquisitivo à classe operária através do aumento da produtividade? E veja V. Ex.ª outro fato auspicioso. Quando ocorreu a Revolução tinhamos ou menos esse quadro: cada lavrador americano alimentava vinte pessoas; cada lavrador francês alimentava dez pessoas e cada lavrador brasileiro alimentava apenas uma pessoa. E agora aumentou a nossa taxa de produtividade, porque num governo nenhum desta República drenou tantos recursos técnicos e financeiros para a agricultura como este Governo que está aí. Hoje, o agricultor brasileiro alimenta trinta pessoas. O outro aspecto é o da eleição indireta. V. Ex.ª me parece foi eleito pelo processo indireto.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Digo pois da revolução de 30 foi, mas foi imediatamente depois.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a foi eleito governador de Goiás e para honra e alegria do povo goiano ...

O SR. PEDRO LUDOVICO — A Revolução já tem tres anos.

O Sr. Eurico Rezende — ... fez uma administração honesta. V. Ex.^a, por questão de coerência, não pode negar o direito aos Srs. Castello Branco e Costa e Silva de se elegerem pelo processo indireto. Ademais, as civilizações políticas mais adiantadas do mundo são cifradas em eleições indiretas.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Em regime parlamentar.

O Sr. Eurico Rezende — A regra geral no mundo é eleição indireta. Eleição direta é uma exceção criada no presidencialismo americano. Esta é a verdade.

O Sr. Marcelo de Alencar — Nós copiamos tantas cousas do americano ...

O Senhor Eurico Rezende — Copiamos como? Não entendi o aparte a lator de V. Ex.^a. O nobre Senador esclareça-lo, em aparte autônomo, para que eu compreenda.

O Sr. Marcelo de Alencar — Eu o faíci.

O Sr. Eurico Rezende — Em neste Senador Pedro Ludovico, V. Ex.^a, que, nesta Casa, todos os anos, sistematicamente, faz um discurso examinando a situação econômico-financeira deste país; V. Ex.^a, que tem grande autoridade, porque me lembro de que V. Ex.^a, combateu, também, naqueles discursos, a maldição dos governos proscritos; V. Ex.^a, teve a franqueza de criticar, inobstante a sua qualidade de correligionário de governos anteriores; Mas V. Ex.^a, não está sendo lúcido, neste discurso, ao afirmar que a situação econômico-financeira do Brasil é calamitosa. Não! Consulte V. Ex.^a, os órgãos insuspeitos — a Fundação Getúlio Vargas, o "D.A.P.C.", que é responsável pela organização científica do serviço público.

O Sr. Marcello Alencar — Consulte também, nobre Senador, o estômago do povo.

O Sr. Eurico Rezende — Já vem outro aparte "a lator". Mas, como ia dizendo, estamos pagando os ônus de povo ainda não desenvolvido, ônus esse acarretado pela crise anárquica do governo anterior, o ônus de sermos um jovem país de dimensão continental, com largas áreas de solidão econômica, com dificuldades de transporte rodoviário e marítimo. Devemos acentuar e destacar até que este último item tem merecido a melhor das atenções do governo da revolução pois que ele está realmente realizando uma grande meta. Devemos, aqui, realmente fazer justiça: quem desportou este país para o desenvolvimento foi, inegavelmente, o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira — teve seus pecados, teve suas virtudes, pouco importa, mas não soube conter aquele tributo que lhe pagavam certos aliados. Mas o Governo atual, realmente, está realizando uma grande obra e, o que é mais essencial, pouco lhe importando a impopularidade injusta e transitória, porque essa impopularidade é em benefício do país. Penso que V. Ex.^a, não se encontrava nesta Casa quando foi anunciada a contratação para construção de 24 navios. V. Ex.^a, sabe que a indústria naval é uma indústria de multiplicação.

Ela mexe com vários setores da atividade nacional.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Sei, Excelência. Todos os jornais divulgaram esse empreendimento.

O Sr. Eurico Rezende — Saiba V. Ex.^a, que quando V. Ex.^a, se elegeu Senador, para honra desta Casa ...

O SR. PEDRO LUDOVICO — Obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Rezende — ... a inflação estava chegando a taxa de 100% hoje, ela está a 30%, e há quem diga que está até a 20%. Saiba V. Ex.^a, que a ordem pública foi restabelecida; a ordem jurídica está aí; a eleição indireta é uma homenagem ao Congresso Nacional, e é um processo democrático.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Mas que não agrada ao povo.

O Sr. Eurico Rezende — Agrada, Excelência.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Se houver um plebiscito, V. Ex.^a, verificará que o povo é contra a eleição indireta.

O Sr. Eurico Rezende — Não é Excelência; Dizia-se também que o povo era contra a ARENA, mas as eleições não o demonstraram.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Isto é outra coisa. V. Ex.^a, sabe que houve, em todos os Estados, pressão do Governo.

O Sr. Eurico Rezende — Que pressão é essa se o voto foi secreto que pressão é essa se o correligionário de V. Ex.^a, o eminente Senador João Abraham, foi reconduzido a esta Casa?

O SR. PEDRO LUDOVICO — Eu desejaria dar um contra-aparte a V. Ex.^a.

Quando houve a eleição em Goiás, para Governador do Estado, o Comandante da praça de Brasília, acompanhado de todo o seu Estado-Maior, de doras oficiais, percorreu todo o Estado de Goiás, todos os municípios onde houvesse campo de pouso. Chegando, chamava os chefes políticos do MDB e os aconselhava a não votarem no candidato dessa agremiação — o Dr. Peixoto da Silva — porque, se eleito, não tomaria posse. Isto é de demeracia?

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex.^a, um aparte?

O Sr. Eurico Rezende — Excelência, o próprio Deputado Peixoto da Silva — parece-me — não está de acordo com V. Ex.^a, pois conseli de ler declarações de S. Ex.^a, no sentido de que, se eleito, iria prestigiar os ideais revolucionários.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Não. Isto nunca ouvi de S. Ex.^a. Absolutamente, não. V. Ex.^a, está equivocado.

O Sr. Eurico Rezende — O Deputado Peixoto da Silva esteve no Palácio do Planalto mais vezes que o próprio candidato da ARENA.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Diz V. Ex.^a, uma verdade ao Senado, a respeito do Dr. Peixoto da Silva. S. Ex.^a, procurou o Presidente Castello Branco várias vezes, antes da eleição, e o povo goiano não gastou disso. Neste ponto, V. Ex.^a, está com razão, mas na outra parte, não.

O Sr. Eurico Rezende — Depois se arranjará esta segunda parte. Não seria difícil. Mas queria dizer a V. Ex.^a, o seguinte: dizia-se, em novembro, que o povo iria arrancar os intestinos eleitorais da ARENA sem anestesia. Mas a oposição, o MDB, ficou na rua, não foi para as urnas. O povo elegeu dois terços do Congresso Nacional com a ARENA, e elegeu aqueles que fizeram a reforma constitucional da eleição direta. Então um Senador que votaram pela eleição indireta que receberam, em termos de renovação, o crédito da confiança, que um Deputado, é a prova do povo. Não se iluda Vossa Excelência. O povo não está ligando para o processo de eleição direta ou indireta. O que importa para o povo é acompanhar as medidas governamentais e disciplinadoras do bem-estar social. Isso é que interessa

ao povo, porque se V. Ex.^a, que representa um partido, honrado, mas numericamente pequeno, diz que o povo quer eleição direta, e eu, que falo por um partido majoritário, digo que o povo quer a eleição indireta, é a palavra da maioria, contra a da minoria.

O SR. PEDRO LUDOVICO — V. Ex.^a, não está com a verdade.

O Sr. Eurico Rezende — De modo que dizer que o povo está ansioso por eleição direta... Se vier direta, ele vota; se continuar indireta...

O SR. PEDRO LUDOVICO — Mas é partidário da eleição direta.

O Sr. Eurico Rezende — ... Ele continuará manifestando a confiança no colégio eleitoral integrado pelo Congresso Nacional e pelas Assembleias Legislativas, vale dizer, colégio eleitoral com "cheiro" do mesmo povo. Pouco importa que o "cheiro" seja direto ou indireto.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex.^a, um aparte?

O SR. PEDRO LUDOVICO — Perfeitamente.

O Sr. Josaphat Marinho — Serei breve para não perturbá-lo. Se o povo está, assim, maciçamente ao lado da ARENA, como acaba de ser dito, não há porque o Governo da revolução temer submeter-se ao voto direto para escolha do futuro Presidente da República. De outro lado, não é verdade que, no mundo, domine a eleição indireta, como também foi dito. Se regimes parlamentares consagram a eleição indireta é porque o Governo, realmente, não é do Presidente da República, mas do Conselho de Ministros e os Ministros resultam, em regra, Parlamentares eleitos pelo voto direto. Mas, ainda dentro dos regimes parlamentares, há que observar a nobre exceção que a França fez: há ali um poder forte, um regime feito à imagem do Presidente De Gaulle, mas o próprio Presidente De Gaulle, para sentir-se um governo forte e com autoridade moral e jurídica bastante para impor suas decisões, propôs, ele mesmo, que a eleição deixasse de ser feita pelo Congresso para ser consagrada pelo povo. Isso é que é respeito à vontade popular.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Apesar de De Gaulle ter dito: "Je suis la France".

Antes de terminar, quero responder ao aparte do nobre e inteligente Senador Eurico Rezende. Falou Sua Excelência, sobre a situação financeira e econômica do Brasil, comparou-o à Indonésia. Entretanto, farei a S. Ex.^a, a seguinte pergunta:

— Quando o Sr. João Goulart estava no Governo, 1 cruzeiro valia 16 guaranis, moeda paraguaia. Agora, ao contrário, 1 guarani vale mais ou menos 10 a 12 cruzeiros. Um bolívar, — moeda boliviana, — valia, parecendo, 40, 50 ou 60 cruzeiros.

O Sr. Eurico Rezende — Vossa Excelência vai-me permitir nova intervenção. V. Ex.^a, não pode fazer tal confronto.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Vossa Excelência se referiu à Indonésia, mas não falou nos países arrasados como estes.

O Sr. Eurico Rezende — Vossa Excelência comparou moeda nacionalizada como a nossa com outra moeda inflacionada, como o guarani.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Melhor para nós.

O Sr. Eurico Rezende — Não pode haver tal confronto nem é coerente comparar-se o fortalecimento de moeda, a aferição de uma moeda por esse meio. Não se pode saber se de-

terminada moeda é fraca ou forte comparando-a com moeda forte. É princípio quase universal, a fim de que esse confronto seja válido, que o mesmo seja feito com o dólar. Vossa Excelência verifica que a taxa de inflação no Governo João Goulart atingiu a cifra astronômica.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Mas o dólar estava a Cr\$ 1.200,00 e, no governo revolucionário, chegou a Cr\$ 2.715,00.

O Sr. Eurico Rezende — Não há aumento de dólar, não.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Então é camuflagem.

O Sr. Eurico Rezende — O que há é a desvalorização da moeda nacional. Note V. Ex.^a, o seguinte: estamos com aquela ficção mopeana. Os nossos exportadores, — e aí está o eminente Senador Atílio Fontana, que o poderá comprovar — estão sofrendo prejuízo tremendo, porque o dólar real já estava na taxa de Cr\$ 2.700 e suas mercadorias para o exterior eram vendidas numa base muito menor ...

O SR. PEDRO LUDOVICO — Como agora.

O Sr. Eurico Rezende — ... com prejuízo muito grande.

O SR. PEDRO LUDOVICO — O dólar, oficialmente, hoje, está a Cr\$ 2.715 e, no mercado negro, está a Cr\$ 3.000.

O Sr. Eurico Rezende — Nós não queremos dizer que a inflação chegou mais que foi atenuada, ela ficou para a taxa de 30%.

O SR. PEDRO LUDOVICO — E a vida continua cara do mesmo jeito.

O Sr. Eurico Rezende — Continua cara, e vai continuar assim. V. Ex.^a, não deve raciocinar certo sobre a vida, hoje, se continuasse essa calamidade proscrita, como o raciocínio das greves.

O SR. PEDRO LUDOVICO — É coisa diferente; é parte política e não financeira.

O Sr. Eurico Rezende — Mas tem uma repercussão enorme. No tempo do Sr. João Goulart, nunca houve greve neste País que não tivesse surtido efeito. Aliás, quando houve a Revolução, estava para estourar uma greve no Porto do Rio de Janeiro ...

O SR. PEDRO LUDOVICO — Aliás, eu nunca concordei com esta greve.

O Sr. Eurico Rezende — Era exigência do salário-verame, isto é, o estivador que transportasse vasos sanitários e papéis higiênicos teria mais 30% no seu salário. Essas greves atormentavam, essas greves estavam levando o País ao descalabro. De modo que o processo corretivo de recuperação não pode ter a velocidade das esperanças da Oposição. É um processo lento, lento mas seguro. A realidade está aí, e assim é muito melhor.

O Sr. Josaphat Marinho — Mas o ralejo dessa acusação há três anos, monotonamente, tocado, já está rouqueiro.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Claro

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Ex.^a um aparte. (Assentimento do orador) O problema da inflação, nobre Senador Pedro Ludovico, poderíamos exemplificá-lo assim: antes da Revolução de 1964, a casa incendiou-se. Veio a Revolução e conseguiu debelar o fogo, mas os danos se apresentaram, se fizeram sentir. De sorte que o Governo da Revolução teve que lutar muito e ainda está lutando para se ressarcir dos danos que o incên-

casou. Devemos considerar como fase transitória esta da recuperação. A inflação, já estava previsto, em 1964, antes da Revolução, que atingiria a 100% naquele ano, hoje, está reduzida. Se observarmos as estatísticas da Fundação Getúlio Vargas, dos últimos três meses, concluiremos que a inflação não está chegando a 20%, está, portanto, controlada.

O Sr. PEDRO LUDOVICO — Não acredito absolutamente nisto. É uma estatística, pode-se dizer, *in nomine*.

O Sr. Eurico Rezende — Não há relação de causa e efeito nisto, nobre Senador.

O Sr. PEDRO LUDOVICO — Lembra a V. Ex.^a Senador Eurico Rezende, que o Ministro Roberto Campos disse, há dois anos, que, no mês de abril de 1966, o País entraria num outro regime quer dizer, que terminaria a inflação, a vida melhoraria, enfim seria um mar de rosas, que a Revolução ofereceria ao povo brasileiro. Nada disto aconteceu até agora, tudo tem sido promessa e o povo está sofrendo horrivelmente.

O Sr. Desiré Guarani — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) Com relação a estas comparações de índice inflacionário lembro o seguinte: no dia 31 de março de 1964 o volume total de dinheiro em circulação no País, emitido desde o Império, era de oitocentos bilhões de cruzeiros; hoje, é três vezes mais, é de dois trilhões e quinhentos bilhões de cruzeiros. Durante estes três últimos anos se emitiu só em papel, passando a existir a nota de dez mil cruzeiros, que não existia, o valor de um trilhão e setecentos bilhões de cruzeiros, mais do que havia em 31 de março de 1964. Com relação ao índice do custo de vida lembro o seguinte: a Fundação Getúlio Vargas, em 1955, alterou seus critérios de índice para não revelar todo crescimento do custo de vida, alterou ...

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a faz uma comparação injusta contra a Fundação Getúlio Vargas, acusando-a de fraude. É uma instituição que sempre mereceu respeito nacional e não será V. Ex.^a quem vai vulnerar sua honradez. É uma instituição séria. V. Ex.^a está sendo injusto para colocar uma injustiça à serviço de mera Opção.

O Sr. Desiré Guarani — Não estou sendo injusto, isto inclusive foi justificado porque ela estava alterando os índices. Hoje se analisa o crescimento do custo de vida apenas pelo crescimento do atacado.

Quando o Ministro Roberto Campos lançou o seu programa de recuperação financeira do País, os elementos do próprio Governo que não concordavam em todo, com ele, diziam que estava certo no atacado mas errado no varejo. Foi até uma expressão corrente da época. O mesmo se pode dizer dos índices do custo de vida: estão certos no atacado, mas completamente errado no varejo, porque, enquanto os índices da Fundação Getúlio Vargas dão crescimento de apenas 20%, de janeiro a setembro, os índices de correção monetária do antigo Conselho Nacional de Economia e, hoje, do Ministério do Planejamento, dão um crescimento de 60%. Os assinantes de telefone, os que pagam em atraso seus débitos fiscais, estão sujeitos a esses índices de 60% de correção monetária fixados pelo Governo. Os índices da Fundação se limitam apenas aos preços de atacado. E os índices de correção monetária abrangem todos os produtos. As Companhias telefônicas, ao instalar, em qualquer cidade do país, novos aparelhos, os assinantes pagam prestações com correção monetária. E esse é o índice exato do crescimento da elevação do custo de vida. De forma que

não é o índice da Fundação Getúlio Vargas, que dá apenas os aumentos de alguns produtos por atacado, que sintetiza o quanto se tem deteriorado a economia do povo.

O Sr. Eurico Rezende — Esta não é a Fundação Getúlio Vargas, essa é a Fundação Desiré Guarani. V. Ex.^a está fazendo uma acusação injusta à Fundação Getúlio Vargas ...

O Sr. Desiré Guarani — Isto não é uma acusação.

O Sr. Eurico Rezende — ... que é um órgão sério. Quando eu era oposição nesta Casa baseava-me sempre nela e todo mundo, neste país, que quer fazer afirmações sérias busca dados na Fundação Getúlio Vargas. De modo que é uma injustiça do Senhor Senador Desiré Guarani acusar a Fundação Getúlio Vargas, de estar engodando o povo. Não pratica a fraude, revela índices favoráveis ao Governo, quando são favoráveis, contrários à política do Governo, quando são contrários à política do Governo. É um órgão insuspeito.

O Sr. PEDRO LUDOVICO — V. Ex.^a permite um aparte? (Riso)

O Sr. Eurico Rezende — Nós nos apropriamos do aparte do Senador Atílio Fontana.

O Sr. Atílio Fontana — V. Ex.^a que representa, dignamente, um Estado produtor, pode constatar a qualquer momento, nos supermercados, que os gêneros alimentícios não sofreram alta nesses últimos meses, o preço do feijão, da carne, do arroz, continua o mesmo.

O Sr. PEDRO LUDOVICO — Os preços deviam diminuir, não estabilizar, porque já estão altíssimos.

O Sr. Atílio Fontana — De qualquer maneira, verificamos que os gêneros alimentícios — principalmente os apontados pela Fundação Getúlio Vargas — não tiveram um aumento que chegasse a alcançar um por cento ao mês, nos últimos meses. Assim mesmo porque um ou outro produto, tem sofrido alguma majoração. Mas, na sua quase totalidade, os gêneros se tem mantido num preço estabilizado.

O Sr. PEDRO LUDOVICO — Não têm sido mantidos. V. Ex.^a está enganado. No ano passado, um quilo de arroz de primeira custava seiscentos cruzeiros e agora está custando mil cruzeiros. Houve um aumento, portanto, de quase quatrocentos cruzeiros.

O Sr. Atílio Fontana — No ano passado uma dúzia de ovos custava mil e quatrocentos cruzeiros e este ano está custando mil ou mil e cem cruzeiros. O mesmo se dá com o preço da carne bovina. A alta de preços, com relação aos gêneros alimentícios, foi mínima nos últimos tempos. Isso tudo tem sua origem nos governos anteriores, porque os governos da revolução se têm esforçado para conter a inflação. Naturalmente não poderiam contê-la de um momento para outro. Tem que ser contida aos poucos. Para deter um carro que se aproxima de um despenhadeiro é preciso muito cuidado porque senão ele despencará. Assim se dá com a inflação que não pode ser contida de um mês para outro. O Governo está, por todos os meios, procurando por a casa em ordem.

O Sr. PEDRO LUDOVICO — De três anos, para cá procuram por essa casa em ordem e não o conseguem.

O Sr. Eurico Rezende — Há três anos, também, estamos querendo conter a impaciência da Oposição e não o conseguimos. (Risos.)

O Sr. Desiré Guarani — Permite V. Ex.^a um aparte?

O Sr. PEDRO LUDOVICO — Antes de conceder o aparte desejava, aliás, completando o aparte anterior de V. Ex.^a, dizer que, em matéria de inflação, V. Ex.^a poderia ter dito que o governo revolucionário emitiu mais que os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart reunidos.

O Sr. Desiré Guarani — Emitiu mais que o dobro de idêa a República até 31 de março de 1964. Mas, com relação a referência um tanto empolgante e empolgada, ao nobre Líder Eurico Rezende, de que a minha referência aos dados estatísticos não tinha sido exata, eu, desde que me sobre oportunidade no período da convocação em que me encontro no Senado, prometo trazer elementos e documentos que comprovem a disparidade entre esses índices dados para os preços por atacado, pela Fundação Getúlio Vargas, e os índices de correção monetária dados pelo extinto Conselho Nacional de Economia e pelo atual Gabinete de Estudos Econômicos do Ministério Extraordinário para o Planejamento.

O Sr. PEDRO LUDOVICO — (Lendo)

Ninguém deve pensar em termo de eternidade ou de longa duração quando se tem o poder nas mãos. Tudo é efêmero e, na roda da vida, fatores psicológicos inesperados podem, em um momento, mudar a face de uma situação, de uma força, de um poderio que parecem sólidos.

Por assim não pensarem, por assim não raciocinarem, muitos governantes bem intencionados, como deve ser o atual Presidente da República, não puderam permanecer nos seus postos, nem realizar os seus ideais.

Dessarte, todos os governantes devem analisar sem pretensão, sem rancor, sem ódio os fenômenos. Os fatores negativos e anulá-los dentro da justiça e da lei, e praticar ações que resultem em benefício do povo e da sua própria missão, porque com a estima, a solidariedade e o prestígio populares, tudo se facilitará.

O nosso país está em uma encruzilhada séria de sua história, com desequilíbrio político, social e econômico.

É preciso criar um ambiente propício para se solucionar tal problema, que, se não for superado com urgência, pode provocar perturbações coletivas provenientes de desgostos físicos e nervosos, formando-se um psiquismo de rebeldia e de explosões irrepriáveis.

Necessário é agradecer e dar ânimo, esperança à consciência dos que sofrem na própria carne os males dessa crise que se avoluma e para a qual ainda não se obteve um remédio eficaz.

Se a terapêutica empregada não deu resultados seguros, que se experimentem outras.

A doença de que está atacado o Brasil é de prognóstico sombrio.

Mas se usarmos medidas saneadoras baseadas na experiência de outras nações, não será tão difícil uma recuperação, dadas as condições que a natureza nos deu, dadas as riquezas de que dispõe a nossa terra.

Acho, entretanto, que é mister preparar o terreno político-social com providências inteligentes, em que se fundamente a atuação do governo. Sem um clima de tranquilidade, de paz e de esperança em dias melhores, nada se conseguirá, pois esse clima será o alicerce em que se construirá o edifício da nossa emancipação e firmeza em matéria econômica.

Indispensável também é que se possa um paradeiro na repressão muitas vezes descabida e injusta, sob o pretexto de segurança nacional ou de combate ao comunismo. Jovens que se dizem esquerdistas, mas que não oferecem a menor periculosidade são detidos e violentados na sua integridade moral e física sem que nada tivessem feito que justificassem tais arbitrariedades.

Inquéritos são mandados instalar em departamentos administrativos sobre fatos ocorridos, há mais de 15 anos, na maioria dos casos insignificantes, submetendo-se a vexames funcionários humildes, que, quase sempre não eram, ou não são, responsáveis por certas irregularidades.

Fomos informados, por exemplo, que estão sendo submetidos a um inquérito rigoroso muitos servidores do S. P. I. e que muitos deles têm sido maltratados pela Comissão de Inquérito.

Ninguém deseja restringir ou impedir a moralização dos serviços públicos através de medidas, sobretudo, legítimas. Entretanto não devemos tolerar violências contra pessoas humildes, quando figurões sabidamente defraudadores dos cofres públicos não são chamados a prestar contas dos seus atos criminosos. Os nossos protestos contra esses abusos visam, apenas, a pôr fim aos mesmos.

Desejamos tão somente que se tome um novo rumo, de apaziguamento, de justiça para todos, grandes ou pequenos, a fim de que o Brasil possa se beneficiar com essa conduta.

(Muito bem. Muito bem. Palmas).

Mas, Sr. Presidente e Senhores Senadores, terminado esse meu modesto discurso, eu queria dizer a V. Ex.^a, ter cumprido a missão que me foi cometida para representar o Senado, em Viena, na Conferência de Energia Atômica.

Na capital austríaca tive contato com as maiores expressões da Física Nuclear, com a delegação norte-americana e, principalmente, com a latino-americana.

Convém se diga que um dos maiores cientistas nessa matéria era um dos delegados do México.

O problema da energia atômica foi amplamente discutido na Conferência. A verdade é que fomos apenas como observadores, não somos técnicos, não somos cientistas em matéria de Física Nuclear.

Para se ter uma idéia da importância da energia nuclear, basta lembrar que nos Estados Unidos da América existem 16 usinas nucleares, com a média de produção de 175.000 quilowatts. Somando-se, as usinas em construção e as requeridas para construção, calcula-se que aquele país, dentro de poucos anos, disporá de 55 milhões de quilowatts oriundos da energia nuclear.

A nossa Delegação, os nossos técnicos, portaram-se muito bem nessa Conferência, representando o Brasil com pleno conhecimento do assunto ali debatido.

Aproveito ainda este ligeiro relato para registrar fato ocorrido em Madrid. Temos no nosso Embaixador em Madrid um técnico em energia nuclear. Inclusive, deu-nos uma aula a mim, ao Senador Júlio Leite e ao Senador Arnaldo de Mello, sobre Física Nuclear, sua exposição fez com que nos interessássemos ainda mais pelo assunto, demonstrando conhecimentos profundos da matéria. Falou sobre elétrons, nêutrons, prótons, mesmo, sobre matéria, e sobre antimatéria, coisas de que ainda não ouvíamos falar, sequer pelos jornais.

A questão de matéria e de antimatéria, por exemplo, nós é coisa nova, malgrado lermos nos jornais tudo que se refere à Ciência e à Técnica. O

representante brasileiro em Madri conhece profundamente o assunto energia nuclear, tanto assim que lhe dissemos dever ele estar representando o Brasil na conferência em Viena.

Afinal de contas, Sr. Presidente, estivemos em Viena, e demais nosso recado como observadores, não como técnicos. (Muito bem);

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos (Paua).

S. Ex.^a não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Atilio Fontana. (Paua)

S. Ex.^a não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, na sessão do dia 10 do corrente, o nobre Senador Desiré Guarani deu conhecimento à Casa de carta que o ilustre Senador Arthur Virgílio dirigiu ao Sr. Ministro da Justiça sobre o caso, do qual tomara conhecimento no Hospital dos Servidores do Estado, onde se encontrava internado, do funcionário José Amato dos Santos.

O Sr. Senador Desiré Guarani leu o documento subscrito pelo seu colega da representação do Amazonas, e eu tive a preocupação de, imediatamente, como vice-líder da Aliança Renovadora Nacional, dirigir ao Ministro da Justiça, em exercício, Senhor Hélio Scarambato, um pedido de informações para que pudesse atender às considerações produzidas desta tribuna, pelo Sr. Senador Desiré Guarani. Já no dia 11, recebi do titular da Justiça um telegrama, assinado, Sr. Presidente, apesar de toda a boa vontade, acudir a convocação de V. Ex.^a, nas sessões dos dias 11 e 12, para ocupar esta tribuna, uma vez que me encontrava em trabalho nas Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça. No dia seguinte viajei e só hoje, regressando a Brasília, tenho oportunidade de dar conhecimento à Casa do documento que me foi fornecido pelo titular da pasta da Justiça, assim redigido:

(Lendo)

"Sr. Senador Antônio Carlos Konder Reis

Comunico ao Ilustre Senador e Amigo que saí hoje ao Senador Arthur Virgílio, que se encontra no Hospital dos Servidores do Estado, a seguinte carta:

"Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1967

Senhor Senador,

Acuso o recebimento da carta de 7 do corrente, pela qual V. Ex.^a informou o P. A. Luís Antônio da Gama e Silva, titular da Pasta, da angustiosa situação a que se encontra a família do Aconselhista José Amato dos Santos, que desapareceu na tarde de 2 de maio de 1967, e até hoje encontra em destino ignorado.

Logo após o recebimento de sua carta, entrei em contato telefônico com o Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara e fui informado de que naquela Reparti-

ção Estadual não havia qualquer registro de entrada ou saída de José Amato dos Santos.

Por outro lado, solicitei aos meus Assessores uma completa busca junto aos Órgãos policiais e de Segurança Federal e Estaduais a fim de localizar o paradeiro de José Amato dos Santos.

Compartilhado com V. Ex.^a as preocupações que lhe assaltam ao tomar conhecimento desse doloroso caso e dentro das atribuições deste Ministério, tudo será para apurar o que realmente houve.

Já convidei a comparecer a este Ministério, a fim de colher maiores informações, a esposa e filhos de José Amato dos Santos, que residem à Rua 13, Nr. 571, Apart. 30, conjunto do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, Iraja, na Guanabara.

Qualquer informações que tiver a esse respeito, darei conhecimento a V. Ex.^a Aproveito a oportunidade para renovar-lhes protestos de alta estima e distinta consideração.

Hélio Antônio Scarambato — Ministro da Justiça, Interino".

E conclui o telex:

"Como V. Ex.^a poderá verificar o Ministro da Justiça está também preocupado com o desaparecimento de José Amato dos Santos, desaparecido a 2 de maio de 1967. Qualquer informação que eu obtiver através dos Serviços de Segurança e Informação desse Ministério darei conhecimento a V. Ex.^a Cordiais Saudações. — (n) Hélio Scarambato — Ministro de Justiça Interino.

Sr. Presidente, a leitura para e simples desse documento, no meu entendimento, estaria a atender a denúncia feita pelo nobre Senador Desiré Guarani, quando leu a carta dirigida ao Ministro da Justiça pelo Sr. Senador Arthur Virgílio.

Os jornais de sábado e de domingo comprovam as afirmações da carta e noticiam, inclusive, com a publicação de clichês das providências adotadas pelo Ministro, chamando, ao seu gabinete, a família do funcionário desaparecido e determinando uma busca severa, a fim de que o Senado e a Nação tenham conhecimento do que, de fato, ocorreu com este funcionário do Hospital dos Servidores do Estado.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Aliás foi para provar que estão sendo tomadas providências na elucidação deste caso que o nobre Senador Arthur Virgílio o denunciou à Nação. E' de justiça consignar a rapidez e o interesse com que o Ministro Hélio Scarambato está dirigindo as investigações e as providências por ele determinadas ao órgão subordinado, para que o fato seja elucidado em todos os detalhes. S. Ex.^a, realmente, tomou um interesse imediato no caso que interessa a uma grande área da população da Guanabara, como revelam os jornais daquele Estado. A atitude do Sr. Ministro Hélio Scarambato é de todo elogiável e merece os nossos aplausos.

O SR. ANTONIO CARLOS — Sou muito ao parte de V. Ex.^a, que vem confirmar a declaração que desejo fazer desta tribuna. O propósito do Governo é esclarecer os fatos, conhecê-los na sua intimidade, e adotar todas as providências legais exigidas.

Sr. Presidente, eu teria concluído o discurso que estou pronunciando sobre o caso denunciado pelo nobre Senador Arthur Virgílio, se não me cumprisse o dever de fazer, em continuação, um reparo, com todo o respeito, ao aparte do nobre Senador Marcello de Alencar, proferido quando

o Sr. Senador Desiré Guarani lia a carta do Senador Arthur Virgílio. Disse S. Ex.^a:

"O caso que V. Ex.^a traz a foco, pela denúncia do nobre Senador Arthur Virgílio para mim não é novidade, é o resultado do sistema que se implantou no País, a partir de 1964."

Sr. Presidente, não desejo, nem de longe, alterar juízos de valor que, porventura, senhores representantes façam, desta tribuna, da Revolução e do Governo revolucionário. Devo contudo, para ser fiel ao cumprimento do meu dever, na qualidade de Vice-Líder, acolhendo as considerações do nobre Senador Desiré Guarani e dando conhecimento à Casa da carta do Ministro Interino da Justiça, para que não possa esquecer com esse juízo da realidade.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, a mim não me parece prudente acusar-se uma autoridade superior ou um Governo, por ato ou por vários atos praticados pela autoridade policial. O que me faz ter esta prudência no julgamento da autoridade superior, quando do exame de um fato, praticado por uma autoridade inferior especialmente uma autoridade policial, desde que a autoridade superior tome as providências para o devido esclarecimento, é um velho episódio ocorrido em minha terra natal nos idos de 1929.

Havia em Itajaí, Santa Catarina, ao tempo da Aliança Liberal um estivador, Sr. Antônio Laguna, que era correligionário do Partido Republicano, então no poder. Em virtude de um desentendimento meramente pessoal houve uma rixa entre este popular, este homem representativo de uma das classes laborosas de minha terra e um sargento da Polícia Militar, designado para o destacamento de Itajaí. Sem dúvida o sargento era atirador, pois que o Prefeito Municipal, meu saudoso tio Coronel Marcos Konder, já pedira seu recolhimento ao Quartel Central da Polícia Militar. O fato porém é que da rixa resultou a morte de nosso correligionário Antônio Laguna. Era tempo de campanha política, as paixões estavam exacerbadas. E vinte anos depois, Sr. Presidente, quando eu iniciei minha vida pública nos comícios de Itajaí, se acusava o meu tio, outrora Prefeito, de autor do assassinato do estivador Antônio Laguna membro dos quadros do Partido Republicano, quando ele, no exercício de sua autoridade, logo após o crime pedira a prisão do militar, o seu recolhimento e sua exemplar punição nos termos da lei.

Deste modo, recuso-me sempre a aceitar uma generalização em torno da ação, da intenção, dos propósitos de uma autoridade superior, quando um fato policial, lamentável que tenha sido apurado, possa a vir a tinar a idoneidade, a reidão daquela autoridade superior.

No caso, Sr. Presidente, esclarece a carta do Sr. Ministro Interino da Justiça e os jornais confirmam, através de depoimentos publicados ontem, de um bancário e de um outro cidadão, que realmente o Senhor José Amato foi visto numa prisão do Estado da Guanabara e que a detenção, se porventura se verificou, o que está sendo apurado rigorosamente pelo Ministro da Justiça, ela foi feita pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara.

O Governo daquele Estado, antes disso, sofreu uma campanha de todos conhecida e que passou aos jornais sob a legenda de "mata-mendigos". De minha parte, Sr. Presidente, jamais, naquele caso ou em qualquer outro, procurei estender a responsabilidade de uma autoridade superior sobre fatos policiais, desde que essa autoridade tome as providências ne-

cessárias para que o fato seja esclarecido e os responsáveis exemplarmente punidos.

O Ministro da Justiça, pela carta que acabo de ler e pelo noticiário feito da imprensa, tomou todas as providências para esclarecer o desaparecimento das modalidades funcionário do Hospital dos Servidores do Estado. Deste modo, não posso aceitar a acusação de que esse fato, que verdadeiro é profundamente lamentável e os seus responsáveis devem ser punidos, possa ser o resultado do sistema que se implantou neste País a partir de 1964. De modo nenhum. Fatos como este — se verdadeiro, que está ainda em fase de apuração — têm ocorrido em outros governos. E eu tive o cuidado, a lealdade, o exemplificar com um fato ocorrido há muitos anos, em 1299, na minha terra natal e que envolveu aqueles que antes de mim estavam na vida pública na jornada que procuro honrar e prosseguir.

O Sr. Marcello de Alencar — Responde V. Ex.?

O SR. ANTONIO CARLOS — O nobre Senador Marcello de Alencar.

O Sr. Marcello de Alencar — Vossa Excelência não tem razão quando afirma que eu pautei o meu argumento no juízo individual que faço do sistema que se implantou no País a partir de 19 de abril de 1964. Sabe Vossa Excelência como jurista que o juízo resulta da apuração de fatos. Eu joguei no meu aparte toda uma experiência na defesa de processos políticos durante três anos. Não tem razão V. Ex.^a de excluir da crítica que faremos ao sistema a responsabilidade das mais altas autoridades do País, seja no período Castelo Branco, seja no período atual. E cabe, então, alinhar uma soma de fatos que justificam a nossa crítica a um sistema e às autoridades maiores do País para não deixar resguardadas essas autoridades com a alegação de mero arbítrio comum das autoridades policiais. Colaborei com muitos dos dados contidos no livro "Torturas e Torturados". Naquele livro se contém prova evidente, trazida pela corajosa do bravo Deputado Márcio Moreira Alves, a imputação de fatos da maior gravidade, de torturas realizadas por autoridades policiais e com o beneplácito das autoridades governamentais e, apesar dessa acusação pública, não se tem notícia de nenhuma providência de nenhuma atitude no sentido de levar esses arbítrios, essas torturas ao plano das ações penais. Temos ainda hoje demonstrado que esse estado de coisas permanece porque as autoridades maiores do País, ao invés de fazerem, como agora fazem com esse pobre assessorista, têm dado cobertura, plena cobertura às outras autoridades menores que, em nome de uma revolução, vêm praticando atos da maior arbitrariedade. Agora mesmo, esse bravo Deputado Márcio Moreira Alves recebe denúncias de que, a pretexto de apurar-se a subversão em Ubatubá, tinham alguns presos sido torturados. Eu, quando estive em Juiz de Fora, recentemente, também recebi denúncia de que existiam homens que tinham sido torturados e que até de lesões graves, como consequência dessas torturas, tinham sido vítimas. Pois bem, nem sequer invocando a sua condição de deputado conseguiu ele avistar-se com essas pessoas que clamavam, pediam clemência. Veja V. Ex.^a que o meu juízo não deriva apenas de uma compreensão desse sistema e, por me opor a ele, venho trazer esse juízo à tribuna do Senado. Não. Meu aparte lançou-se em fatos que conheço pessoalmente e que estão denunciados à Nação, só agora, num caso isolado, vem o Governo — e vem bem e pisco merecer, inclusive como mereceu do Senador Desiré Guarani, um apelo, um elogio. Se o Governo atender a nossa fala, a nossa denun-

ela, a nossa reclamação, terá de nós o reconhecimento de que está bem. Mas, quando não o fizer e o regime jurídico não for respeitado, impondo insegurança a todos nós, terá, da Oposição, a voz do protesto, a voz da denúncia, para que a História julgue o que se implantou, neste País, após o 1º de abril.

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Senhor Marcello de Alencar, toda vez que, no exercício eventual da Liderança da Aliança Renovadora Nacional, nesta Casa do Congresso Nacional, se fizer denúncia de violência cometida pelas autoridades governamentais, V. Exª terá de mim a mesma conduta que tive em relação à denúncia do nobre Senador Desiré Guarani.

Sem conhecimento maior do caso desse funcionário do Hospital dos Servidores do Estado, apenas dele sabendo pelo relato do nobre Senador Arthur Virgílio, apressei-me, através de ligação telefônica, a solicitar um esclarecimento, tanto quanto possível completo, do Sr. Ministro interino da Justiça.

O Sr. Marcello de Alencar — Daí o respeito com que V. Exª é visto por nós da Oposição.

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Grato a V. Exª.

O discurso foi pronunciado no dia 10. No dia 11 o telex estava em minhas mãos. Dei à Casa as necessárias explicações sobre o porque de não haver trazido ao conhecimento do Senado, nos dias seguintes o assunto. E' que, na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Finanças, tarefas inadiáveis exigiam a minha presença. Daí, poder, em sua consciência, não aceitar a generalização que V. Exª, desde que trazidos a esta Casa, terão, de minha parte, o mesmo tratamento que este teve: o esclarecimento puro e simples da verdade, visto que tenho esta prudência de não cometer, nesse setor, generalizações, no meu entender, enfraquecedoras, perante a opinião pública, apenas da autoridade constituída...

O Sr. Marcello de Alencar — Muito bem.

O SR. ANTÔNIO CARLOS — ... como, não raras vezes, daqueles que se opõem ao Governo. Assim, todos se revelam fracos, à mesma opinião pública, através de tais generalizações.

A falta de propósito de juízos de realidade é que não encontra, na consciência popular, aquela justificação que procuraria encontrar.

Quero, no entanto, concluir, estas palavras, agradecendo a V. Exª as considerações que teceu em torno da minha conduta, neste caso. Pode crer que, V. Exª qualquer outra denúncia que faça, de minha parte, terá este e só este tratamento, pois, entendendo que é do nosso dever, daqueles que estão na Oposição e dos que compõem a bancada do Governo, em matéria de defesa da liberdade e da integridade física dos cidadãos brasileiros, não transigir.

Se não por estes motivos, pela própria consciência democrática do Congresso Nacional, foi que, no Art. 150 da Constituição, onde alinhamos os direitos e as garantias individuais, a Constituição de 67 incluiu uma novidade a respeito da integridade física e moral dos detentos e presidiários através de emenda de autoria do Senhor Deputado Nicolau Tumã, da bancada de São Paulo. Esta mereceu o meu parecer favorável, a consagração da Comissão e do Plenário.

Com estes esclarecimentos, Senhor Presidente, dou por cumprido o meu dever. (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Não há mais oradores inscritos.

Vou encerrar a presente sessão, convocando os Srs. Senadores para outra, extraordinária, a se realizar às 18 horas e 30 minutos, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 105, DE 1967

(Orçamento — Ministério da Indústria e Comércio)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 500-B-67, na Casa de origem) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao anexo 5 — Poder Executivo, Subanexo 5.08 (Ministério da Indústria e Comércio), tendo parecer, sob nº 709, de 1967, da Comissão de Finanças, favorável ao Subanexo 5.08 e contrário à emenda apresentada.

2

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 105, DE 1967

(Orçamento — Ministério da Marinha)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 500-B-67, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo 5 — Poder Executivo, Subanexo 5.11 (Ministério da Marinha), tendo parecer favorável, sob nº 692, de 1967, da Comissão de Finanças.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos).

ATA DA 160ª SESSÃO, EM 17 DE OUTUBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 6ª Legislatura

(Extraordinária)

PRESIDENCIA DO SR. MOURA ANDRADE

As 18 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena

José Guimard

Flavio Brito

Edmundo Levi

Desiré Guarani

Milton Trindade

Cattete Pinheiro

Moura Palha

Clodomir Milet

Sebastião Archer

Victorino Freire

Pertônio Portela

José Cândido

Sigfredo Pacheco

Mnezes Pimentel

Paulo Sarasate

Wilson Gonçalves

Quarte Filho

Dinarte Mariz

Manoel Villaga

Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo

Rui Palmeira

Aloysio de Carvalho

Antônio Balbino

Josaphat Marinho

Carlos Lindemberg

Eurico Rezende

Raul Giuberti

Paulo Torres

Aarão Steinbruch

Gouvêa Vieira

Marcello de Alencar

Auréllo Vianna

Gilberto Marinho

Milton Campos

Benedicto Valladares

Nogueira da Gama

Carvalho Pinto

Lino de Mattos

Moura Andrade

José Feliciano

Pedro Ludovico

Fernando Corrêa

Filinto Müller

Bezerra Neto

Ney Braga

Adolpho Franco

Mello Braga

Celso Ramos

Antônio Carlos

Atílio Fontana

Guido Mondin

Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Há número regimental, declarado aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura do Projeto de Resolução.

E' lido o seguinte:

Projeto de Resolução Nº 81, de 1967

Aposenta, José Martins de Moraes, Auxiliar de Limpeza, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' aposentado, de acordo com o artigo 100, item I, letra b, da Constituição Federal, combinado com os artigos 341, item II e 319 § 4º da Resolução nº 6, de 1960, mais o artigo 1º da Resolução nº 16 de 1963, o Auxiliar de Limpeza, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, José Martins de Moraes.

Justificação

Com o presente Projeto de Resolução visa a Comissão Diretora a conceder aposentadoria a servidor que se encontra incapacitado para exercer suas funções.

Foi o aludido funcionário submetido a exame pela Junta Médica do Senado, que concluiu por sua invalidez.

Assim justificado, submetemos o Projeto à consideração do Plenário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1967. — *Auro Moura Andrade* — *Camillo Nogueira da Gama* — *Gilberto Marinho* — *Edmundo Levi* — *Cattete Pinheiro* — *Guido Mondin*.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O projeto lido será publicado e incluído em

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Esta Presidência recebeu, ontem, do Presidente da República, a Mensagem nº 699, encaminhando projeto de lei para tramitação na forma estabelecida no art. 54, § 3º, da Constituição.

Trata-se de projeto que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro Oeste e dá outras providências.

Para leitura do expediente e mais providências iniciais à tramitação da matéria, prevista no Art. 1º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, convocou o Congresso para se reunir em sessão conjunta, a realizar-se a 18 de outubro, amanhã, às 21 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Nos termos da Constituição Federal, em seu Art. 67, § 2º, os projetos de lei relativos às Mensagens que estimam a receita e fixam a despesa da União para o exercício financeiro somente sofrerão emendas nas Comissões, e será final o pronunciamento das mesmas sobre as emendas, salvo se um terço dos membros das Câmaras respectivas pedir ao seu Presidente a votação, em plenário, de emendas aprovadas ou rejeitadas nas Comissões.

A Comissão que está examinando o Orçamento para o exercício de 1968 já preparou alguns dos Subanexos aos quais deu pareceres.

Assim sendo, esta Presidência, nos termos do Regimento Interno, art. 219 e suas letras e números, coloca sobre a mesa o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 500-B-67, na Casa de origem) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo 5 — Poder Executivo, Subanexo 5.08 (Ministério da Indústria e Comércio), tendo

PARECER, sob nº 709, de 1967, da Comissão — de Finanças, favorável ao Subanexo 5.08 e contrário à emenda apresentada.

O projeto fica sobre a mesa pelo limite de 24 horas, para decurso do prazo de interposição de recurso para efeito de apreciação da emenda que foi rejeitada naquela Comissão. Se não ocorrer nenhum recurso a respeito da decisão da Comissão de Finanças, da qual se está dando conhecimento ao plenário, dentro de 24 horas será exaurido o prazo, não sendo admitido o recurso em outra oportunidade.

Do mesmo modo fica sobre a mesa o Anexo 5, na parte referente ao Poder Executivo, Subanexo 5.11 (Ministério da Marinha) para decurso de prazo.

O prazo, portanto, se encerrará em 24 horas dentro do qual se contará uma sessão ordinária.

Se nenhum dos Senhores Senadores requerer a leitura da emenda que recebeu parecer da Comissão de Finanças, será dispensada esta providência, e os Senhores Senadores interessados poderão conhecer o seu texto

na mesa, junto à secretaria da Presidência. E assim se procederá.

Não há oradores inscritos. (Pausa)

Nada mais havendo que tratar, convocou os Senhores Senadores para uma sessão extraordinária amanhã, às 11 horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão de 18 de outubro de 1967
às 11 horas

(Quarta-feira)

1

(ORÇAMENTO — PODER JUDICIÁRIO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 500-B-67 na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo nº 4 — Poder Judiciário, Subanexos 4.01 — (Supremo Tribunal Federal), 4.02 — (Tribunal Federal de Recursos), 4.03 — (Justiça Militar), 4.04 — (Justiça Eleitoral), 4.05 — (Justiça do Trabalho), 4.06 — (Justiça Federal da Primeira Instância), 4.07 — (Justiça do Distrito Federal e dos Territórios), tendo

Parecer Favorável, sob nº 690, de 1967, da Comissão de Finanças.

2

(ORÇAMENTO — PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 500-B-67 na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo 5 — Poder Executivo, Subanexo nº 5.01 (Presidência da República), tendo Parecer favorável, sob nº 691, da Comissão de Finanças.

3

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem nº 517-67 (nº de origem 680-67), de 10 do mês em curso, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Mário Vieira de Mello, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República de Gana.

Está encerrada a sessão.

(Levantou-se a sessão às 18 horas e 55 minutos)

41-F — 42-F — 44-F — 45-F — 57-F
63-F — 66-F — 72-F — 75-F — 80-F
85-F e 89-F.

b) favorável, em parte, às seguintes emendas:

11 (NCR\$ 10.000,00) — 16 — (NCR\$ 15.000,00) — 20 — (NCR\$ 6.000,00) — 22 (NCR\$ 10.000,00) — 25 — (NCR\$ 10.000,00) — 35 — (NCR\$ 10.000,00) — 39 — (NCR\$ 10.000,00) — 43 — (NCR\$ 10.000,00) — 47 — (NCR\$ 6.000,00) — 48 — (NCR\$ 10.000,00) — 56 — (NCR\$ 15.000,00) — 58 — (NCR\$ 10.000,00) — 59 — (NCR\$ 10.000,00) — 60 — (NCR\$ 10.000,00) — 61 — (NCR\$ 40.000,00) — 62 — (NCR\$ 5.000,00) — 68 — (NCR\$ 20.000,00) — 71 — (NCR\$ 20.000,00) — 74 — (NCR\$ 10.000,00) — 87 — (NCR\$ 5.000,00) — 84 — (NCR\$ 25.000,00).

c) apresenta, ainda, às emendas de ns. 94-A a 146-A.

d) contrário as demais emendas apresentadas.

A Comissão aprova o parecer.

O Sr. Carlos Lindenberg solicita constar de ata sua estranheza por não ter sido avisado a tempo quando da apresentação de emendas fora do teto estabelecido pela Comissão de Finanças.

O Sr. Aurélio Vianna solicitou da Comissão um aumento dos quantitativos orçamentários destinados ao ensino primário da Guanabara.

Salientou que não era possível nem admissível que a Guanabara, com uma população escolar — primária — imensa, fosse contemplada no Orçamento Federal com uma verba insignificante, inferior à destinada ao Município de Pelotas no Rio Grande do Sul.

Afirmou, baseado nas informações recebidas do Governo do Estado da Guanabara, através do Dr. Orlando de Almeida, que há necessidade urgente de se construir ali 300 novas salas de aulas para atender acerca de 440.000 crianças, em 1968.

Demonstrou que, para atender às solicitações dos pais, as 260 escolas primárias funcionam em regime de 3 turmas.

O Senador Paulo Sarasate atendeu às ponderações do Senador Guanabara e, com o apoio dos membros da Comissão, através de destaques, atribuiu à Guanabara, para o ensino primário, NCR\$ 1.104.314,00 que estava consignada NCR\$ 330.834,00.

O Sr. Bezerra Neto lê parecer favorável às seguintes partes do Orçamento:

Anexo 4.00.00 — Poder Judiciário; e

Anexo 5.00.00 — Poder Executivo — Subanexo 5.11.00 — Ministério da Marinha.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Prosseguindo, o Sr. Clodomir Millet oferece parecer favorável aos seguintes Subanexos:

5.01.00 — Presidência da República; e

5.15.00 — Ministério do Trabalho e Previdência Social.

A Comissão aprova os pareceres.

Finalmente, o Sr. João Cleofas profere parecer favorável ao Subanexo 5.08.00 — Ministério da Indústria e Comércio e contrário à emenda apresentada.

O parecer é aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

14ª REUNIAO, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1967

As dezessete horas do dia onze de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, Vice-Presidente, Josaphat Marinho, José Ermirio, Paulo Torres e Clodomir Millet, reúne-se a Comissão de Projetos do Executivo.

Acham-se ausentes, com causa justificada, os senhores Senadores Wilson Gonçalves, Mem de Sá, Eutício Rezende, Antônio Carlos, Lino de Mattos.

E lida e, sem debates, aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente o senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Josaphat Marinho que lê parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 102-67, que dispõe sobre a Justiça Federal de primeira instância, alterando a Lei nº 5.610, de 30 de maio de 1966, modificada pelo Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967.

Em discussão e votação é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Junior, Secretário, a presente ata, que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

15ª REUNIAO, REALIZADA EM 12 DE OUTUBRO DE 1967

As dezessete horas e trinta minutos do dia doze de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, Vice-Presidente, José Ermirio, Rui Palmeira, Petrólio Porteira e reúne-se a Comissão de Projetos do Executivo, na Sala de Reuniões das Comissões.

Deixam de comparecer, com causa justificada os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Mem de Sá, Eutício Rezende, Antônio Carlos, Lino de Mattos e Josaphat Marinho.

E lida e, sem debates, aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador José Ermirio que relata favoravelmente, com substitutivo, o Projeto de Lei da Câmara nº 103-67, que altera dispositivos da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências.

Em discussão e votação é o parecer aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Junior, Secretário, a presente ata, que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 58ª REUNIAO, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1967

Extraordinária

As dezessete horas do dia dez de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças sob a Presidência do Senhor Senador Teotônio Vilela, Vice-Presidente, presentes os Senhores Carlos Lindenberg e Bezerra Neto, reúne-se a Comissão de Redação.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA Nº 67, DE 1967

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 222 da Resolução nº 6, de 1960, resolve:

Designar Alberto Moreira de Vasconcelos, Alberto Pereira da Cunha, Oficiais Legislativos, PL-6 e Nereu Silva Rollim, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar o acidente narrado pelo Chefe do Serviço de Transportes, conforme Comunicação número 46-67, de 26 de setembro de 1967.

Secretaria do Senado Federal, 11 de outubro de 1967. — D. Narte Marie, 1º Secretário.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE FINANÇAS

27ª REUNIAO, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1967

As 10 horas do dia 11 de outubro de 1967, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Argemiro de Figueiredo, presentes os Srs. João Cleofas, Leandro Maciel, Clodomir Millet, Adolpho Franco, Paulo Sarasate Corrêa, Bezerra Neto, Antônio Carlos Lindenberg e Aurélio Vianna, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Srs. Mem de Sá, José Leite, Manoel Villaga, Sigefredo Pacheco, Carvalho Pinto Pessoa de Queiroz e Oscar Passos.

E dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é, em seguida, aprovada.

Inicialmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Leandro Maciel que emite parecer favorável, aprovado pela Comissão, ao Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1967, que altera a Lei de concessão fiscal.

Em seguida, o Sr. Fernando Corrêa oferece parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1967, que dispõe sobre a Justiça Federal de primeira instância, alterando a Lei nº 5.610, de 30 de maio de 1966, modificada pelo Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967.

A Comissão aprova o parecer.

O Sr. Aurélio Vianna lê parecer favorável ao substitutivo da Comissão da Constituição e Justiça aos seguintes projetos que tramitam em conjunto:

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1967, que dispõe sobre a ocupação de próprios da União por servidores públicos federais e dá outras providências;

cumentos Parlamentares, PL-2, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar o acidente narrado pelo Chefe do Serviço de Transportes, conforme Comunicação número 46-67, de 26 de setembro de 1967.

Secretaria do Senado Federal, 11 de outubro de 1967. — D. Narte Marie, 1º Secretário.

Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1967, que modifica a redação do art. 1º da Lei nº 5.285, de 5 de maio de 1967 e dá outras providências;

Projeto de Lei do Senado nº 43 de 1967, que autoriza o Poder Executivo a vender, aos ocupantes, casas da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, com emprego do produto das vendas na construção de novas moradias; e

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1967, que autoriza o Poder Executivo a vender, aos seus ocupantes, casas da Universidade Rural, situadas no Km 47, com emprego do produto das vendas na construção de novas moradias.

O parecer é aprovado, por unanimidade, pela Comissão.

Prosseguindo, o Sr. Clodomir Millet solicita o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1967, que dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infra-estrutura.

A Comissão aprova o parecer.

O Sr. Presidente Senador Argemiro de Figueiredo, comunica que passará ao exame de várias partes do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, e concede a palavra ao Sr. Paulo Sarasate que emite o seguinte parecer ao Anexo 5.00.00 — Poder Executivo, Subanexo 5.05.00 — Ministério da Educação e Cultura:

1) favorável ao Subanexo do Ministério da Educação e Cultura, bem como às emendas de ns. 1-Q — 3-Q — 4-T — 5-T — 6-Q — 6-T — 7-F — 21-F — 24-F — 26-F — 28-F — 33-F

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano e Antônio Carlos.

A Comissão aprova Pareceres em que o Senhor Senador Carlos Lindenberg apresenta as seguintes Resoluções Finais:

a) Do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1967 (nº 1.639-B-64, na redação de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério dos Transportes, o crédito especial de NCr\$ 391.000,00 (trezentos e noventa e um mil cruzeiros novatos) para atender ao pagamento de despesas inadmissíveis da Companhia Nacional de Navegação Costeira;

b) Do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1967, que altera a redação do inciso II do art. 184 do Código Civil Brasileiro; e

c) Redação do Vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1967, que da nova redação aos artigos 176, 180 e 183 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1962 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União)

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, *Mário Nelson Duarte*, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 59ª REUNIÃO, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1967

Extraordinária

As dezesseis horas do dia onze de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob Presidência do Senhor Senador José Feliciano, Presidente, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg e Bezerra Neto, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Senhores Senador Antônio Carlos e Teotônio Vilela.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Senhores Senador Antônio Carlos e Teotônio Vilela.

É lida e sem debates aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova Pareceres em que o Senhor Senador Carlos Lin-

demberg apresenta as seguintes resoluções:

a) Redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1967, que suspende, em parte, a execução da Lei número 3.085, de 27.8.64, do Município de Campinas; e

b) Redação do Vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1965, que lota, para aquisição entre seus ocupantes, as terras da extinta Estrada de Ferro de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, *Mário Nelson Duarte*, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 1967

Sob a Presidência do Sr. Senador Benedito Valladares, presentes os

senhores senadores Filinto Müller, Ruy Palmeira, Menezes Pimental, Clodomir Millet, Argemiro Figueiredo e José Guionard, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores. Deixam de comparecer por motivo justificado, os Srs. Senadores Antônio Carlos, Aarão Steinbruch, José Cândido Fraz, Pessoa de Queiroz e Mário Martins.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que é dada como aprovada.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Fernando Corrêa que apresenta parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 46 de 1967 que aprova o Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, de 17 novembro de 1933, assinado com a Bolívia, no Rio de Janeiro a 27 de outubro de 1938. O parecer é aprovado, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, *João Batista Castejon Branco*, Secretário, a presente Ata que uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)	3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)	4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)	1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)	2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS)
2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)	3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
	4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Lider — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA (ES)

DA ARENA

Lider — Filinto Müller — (MT)

DO MDB

Lider — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilaga — (RN)

Vasconcelos Torres — (RJ)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)

Adalberto Senna — (ACRE)

Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano

Ney Braga

João Cleophas

Teotônio Vilela

Júlio Leite

SUPLENTE

Atílio Fontana

Leandro Maciel

Benedicto Valladares

Adolpho Franco

Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio

Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Aurélio Vianna

Pedro Ludovico

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Milton Campos

Antônio Carlos

Aloysio de Carvalho

Eurico Rezende

Wilson Gonçalves

Petrônio Portela

Carlos Lindenberg

Rui Palmeira

SUPLENTE

Vasconcelos Torres

Daniel Krieger

Benedicto Valladares

Alvaro Maia

Lobão da Silveira

José Feliciano

Menezes Pimentel

Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino

Bezerra Neto

Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch

Aurélio Vianna

Mário Martins

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

José Feliciano

Lobão da Silveira

Petrônio Portela

Eurico Rezende

Atílio Fontana

SUPLENTE

Benedicto Valladares

Adolpho Franco

Arnon de Melo

José Leite

Mello Braga

MDB

João Abrahão

Aurélio Vianna

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Adalberto Senna

Lino de Mattos

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9. Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto

Carlos Lindenberg

Juno Leite

Teotônio Vilela

Domício Gondim

Leandro Maciel

SUPLENTE

José Leite

João Cleophas

Duarte Filho

Sigefredo Pacheco

Filinto Müller

Paulo Torres

MDB

Mário Martins

Pedro Ludovico

Lino de Mattos

José Ermírio

Josaphat Marinho

João Abrahão

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15,30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel

Mem de Sá

Alvaro Maia

Duarte Filho

Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares

Antônio Carlos

Sigefredo Pacheco

Teotônio Vilela

Petrônio Portela

MDB

Adalberto Senna

Lino de Mattos

Antônio Balbino

Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(16 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

João Cleophas

Mem de Sá

José Leite

Leandro Maciel

Manoel Vilaga

Clodomir Milet

Adolpho Franco

Sigefredo Pacheco

Paulo Sarasate

Carvalho Pinto

Fernando Corrêa

SUPLENTE

Antônio Carlos

José Guimard

Daniel Krieger

Petrônio Portela

Atílio Fontana

Júlio Leite

Mello Braga

Carlos Lindenberg

Celso Ramos

Teotônio Vilela

Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo

Bezerra Neto

Oscar Passos

Arthur Virgílio

Josaphat Marinho

José Ermírio

Lino de Mattos

Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Ney Braga

Atílio Fontana

Adolpho Franco

Domício Gondim

João Cleophas

SUPLENTE

Júlio Leite

José Cândido

Rui Palmeira

Arnon de Melo

Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino

José Ermírio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras, às 18 horas.

Pessoa de Queiroz

Pedro Ludovico

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Candido

A R E N A**TITULARES**

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Candido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

Jose Guimaraes
Jose Leite
Lobao da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgilio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio L. O. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A**TITULARES**

Domicio Gondim
Jose Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

Jose Feliciano
Mello Braga
Jose Guimard
Vasconcellos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio L. O. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(4 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A**TITULARES**

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
Jose Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio L. O. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

Jose Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Junior

Reuniões: Quartas-feiras às 14 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jose Feliciano

Vice-Presidente: Teotonio Villela

A R E N A**TITULARES**

Teotonio Villela
Antonio Carlos
Jose Feliciano
Lobao da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
Jose Leite
Jose Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras às 18 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antonio Carlos
Jose Candido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
Jose Guimard
Jose Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castegnon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Candido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A**TITULARES**

Paulo Torres
Jose Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Candido

SUPLENTE

Attilio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita do Souto

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Mello**A R E N A****TITULARES**Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Torres
José Guimard**SUPLENTE**José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos**M D B**Arthur Virgílio
Adalberto Sena
Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Atílio Fontana**SUPLENTE**José Guimard
Petronio Portela
Domício Gondin
Carlos Lindenberg**M D B**

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza
Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Milet**A R E N A****TITULARES**José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Milet
Alvaro Maia**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Feliciano
Raimundo Muller
Sigefredo Pacheco**M D B**Adalberto Sena
Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.